

CLARA SANCHEZ RODRIGUES

AS BASES DA HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XXI

Rio de Janeiro

2022

CLARA SANCHEZ RODRIGUES

AS BASES DA HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XXI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra, como requisito à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes

Rio de Janeiro

2022

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

CLARA SANCHEZ RODRIGUES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696b Rodrigues, Clara Sanchez

As bases da hegemonia americana no século XXI / Clara Sanchez Rodriguez - Rio de Janeiro: ESG, 2022.

83 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes

Dissertação de Conclusão de Curso - Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Mestrado Acadêmico da Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa.

1. Geopolítica 2. Globalização. 3. Política internacional – Séc. XXI.
4. Estados Unidos – Relações exteriores – Séc. XXI. 5. Hegemonia.
I. Título.

CDD – 327.73

Elaborada pelo bibliotecário Antonio Rocha Freire Milhomens – CRB-7/5917

CLARA SANCHEZ RODRIGUES

AS BASES DA HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XXI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra, como requisito à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes

Profa. Dra. Mariana Alves da Cunha Kalil

Profa. Dra. Maria Célia Barbosa Reis da Silva

Prof. Dr. Humberto José Lourenção

Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

Dedico esta dissertação a minha mãe, Consuelo, por ser meu maior exemplo intelectual, por ter me apoiado e incentivado durante esses anos de estudo e por ter me proporcionado condições materiais e psicológicas para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Guilherme Sandoval pela paciência, pela orientação e pela
confiança.

Agradeço a meus pais, Carlos e Consuelo, pelo suporte para que eu pudesse me
dedicar aos estudos principalmente nesta reta final. Vocês foram incríveis.

Agradeço a meu marido, Manoel, e a minha filha, Cecília, pela compreensão e apoio
neste tempo que estive dedicada à escrita fisicamente e mentalmente. Amo muito
vocês.

Agradeço aos alunos da primeira turma de mestrado do Programa de Pós-
graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra,
Alice Castelani, Camila Monteiro, Juliana Caullo, Stella Resende, Matheus Marreiro
e Doulgas Rocha pela parceria nesses anos de estudo. Vocês me ajudaram muito e
foram fundamentais para o meu sucesso.

“A história ensina que o poder político das grandes potências foi fundamental para a globalização dos mercados e do capital, mas, ao mesmo tempo, ensina que não é necessária uma crise terminal do capitalismo ou do poder nacional dominante para que possam ocorrer mudanças no mundo e em cada um dos países do sistema mundial.”

Fiori

“The legacy of the 1990s has produced a paradox. On the one hand, the United States is sufficiently powerful to be able to insist on its view and carry the day often enough to evoke charges of American hegemony. At the same time, American prescriptions for the rest of the world often reflect either domestic pressures or a reiteration of maxims drawn from the Cold War.”

Henry Kissinger

RESUMO

Esta dissertação analisa a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica mundial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, fortalecida durante a Guerra Fria, e que, nas duas primeiras décadas deste século, dá sinais de declínio. Busca-se identificar em que medida a crise de 2008 e de 2019 impactaram as estruturas hegemônicas do poder americano. Como objetivos específicos estão analisar as características do sistema nacional e poder do estado, identificar as estruturas da hegemonia americana dentro do processo de Globalização liberal, analisar as tendências da ordem mundial pós 2008. Para isso, será utilizado o método dedutivo-qualitativo, a partir da análise e racionalização da bibliografia. Este estudo aborda os aspectos da supremacia econômica, política e militar, de acordo com diferentes correntes das Relações Internacionais. Com base nas teorias geopolíticas clássicas de Spykman e Mackinder, que atribuem ao controle da Eurásia estratégia fundamental para o domínio da “*Ilha Mundo*”, são pautadas as Estratégias Nacionais de Defesa Americanas no período de 1945 a 2021. A supremacia americana foi intensificada a tal ponto depois do fim da União Soviética que o modelo de globalização neoliberal norte-americano foi considerado por Fukuyama o fim da história. Apesar do consenso ocidental sobre a universalidade do modelo americano, a virada para o século XXI colocou à prova esse entendimento. O atentado terrorista de 2001 teve como consequência ações militares através da utilização do *poder forte*, com objetivo de coibir ameaças à segurança nacional norte-americana, fato interpretado por Huntington como *Choques de Civilizações*. A crise econômica de 2008 expôs a desregulamentação do sistema financeiro, levou à falência grandes empresas e ameaçou a classe média do país. E assim se acumulava o desgaste dos Estados Unidos com outras potências regionais e mundiais. Nem mesmo o exercício do *poder brando* foi capaz de reconstruir a unidade em torno do seu projeto de globalização neoliberal, e o que vimos foi a vitória de um projeto nacionalista com o slogan *America First*. A Covid-19 consolida a ruptura unipolar e traz consigo um novo paradigma jurídico. Para além das fronteiras do mundo ocidental, a China conquista espaço com seu bem-sucedido modelo de economia, e a Rússia investe pesado para fazer frente em termos de poderio geopolítico. O cenário unipolar já não é mais absoluto e exigirá dos EUA adaptações para enfrentar os desafios a sua estrutura de poder e permitir a convivência com a multipolaridade que parece inevitável.

Palavras-chave: Geopolítica; globalização neoliberal; estratégia nacional de defesa americana; hegemonia; choque de civilizações; poder forte; poder brando; *America First*; Covid-19; multipolaridade.

ABSTRACT

The ascension of the United States of America to a hegemonic global power started with the end of the Second World War and strengthened during the Cold War. It seeks to identify the extent to which the 2008 and 2019 crises impacted the hegemonic structures of American power. As specific objectives are analyze the characteristics of the national system and state power, identify the structures of American hegemony within the process of liberal globalization, analyze the trends of the post 2008 world order. For this, the deductive-qualitative method will be used, from the analysis and rationalization of the bibliography. However, specialists point to its decline during the first two decades of this century. Based on different International Relationships currents, this dissertation covers aspects of this economic, political and military supremacy. Spykman and Mackinder's classical geopolitical theories that prescribe the control of Eurasia as the fundamental strategy to the domain of the "World Island" driven the EUA USA's national defence strategies from 1945 to 2021. Fukuyama even considered the "end of the history" after the dissolution of the Soviet Union, given the strength of North American supremacy. Despite the western consensus about the universality of the USA's model, that supremacy was at threat at the beginning of the XXI century. The terrorist attack of 2001 triggered military actions to curb menaces to national security through "hard power". Huntington interpreted this as the Clash of Civilisations. The 2008 economic crisis exposed the financial system deregulation and led big companies to bankruptcy besides jeopardising the North American middle class. Not even applying a "soft power" reconvened agreement around its neoliberal globalisation project. On the contrary, the "American First" slogan demonstrated the success of a project that showcased the weariness of the country's power with other regional and global potencies. The Covid-19 pandemic consolidates the unipolar rupture and introduces a new legal paradigm. Far from the western borders: China's well-succeed economic model gains traction and space, Russia heavily invests in facing geopolitical power. The unipolar scenario is not absolute anymore and will require the United States of America to be resilient and adapt its power structure and live with the multipolarity that sounds inevitable.

Keywords: Geopolitics; neoliberal globaliation; National Security Strategy; hegemony; clash of civilizations; hard power; soft power; *America First*; Covid-19; multipolarity.

RESUMEN

Esta tesis analiza el ascenso de los Estados Unidos a la potencia mundial hegemónica que se inició con el fin de la Segunda Guerra Mundial. Busca identificar en qué medida las crisis de 2008 y 2019 impactaron las estructuras hegemónicas del poder estadounidense. Como objetivos específicos se encuentran el análisis para analizar las características del sistema nacional y el poder estatal, identificar las estructuras de hegemonía estadounidense dentro del proceso de globalización liberal, analizar las tendencias del orden mundial post 2008. Se utilizará el método deductivo-cualitativo. utilizarse, a partir del análisis y racionalización de la bibliografía. Este ascenso se fortaleció durante la Guerra Fría pero en las dos primeras décadas de este siglo nos muestran signos de decadencia. Este estudio aborda aspectos de la supremacía económica, política y militar estadounidense según diferentes expertos de las teorías geopolíticas y de las distintas corrientes de las Relaciones Internacionales. En este trabajo utilizaremos la concepción clásica de la geopolítica basada en las ideas de Spykman e Mackinder y su interpretación sobre la estrategia de control de Eurasia para el control del mundo y como estas teorías estuvieron presentes en las National Security Strategy dos Estados Unidos desde el fin 1945 hasta 2021. La hegemonía de los Estados Unidos fue intensificada con el fin de la Unión Soviética de manera que Fukuyama considero el modelo norteamericano el fin de la historia, tras el desarrollo de la globalización neoliberal no habría otra forma de organización de los Estados. Sin embargo, el cambio del siglo XXI puso a prueba esta hegemonía. El primer ejemplo de este cambio fue el ataque terrorista de 2001 que resultó en acciones militares, hard power, para frenar las amenazas a la seguridad nacional americana. Después, la crisis económica de 2008 expuso la desregulación del sistema financiero que llevó a la bancarrota a grandes empresas y amenazó a la clase media estadounidense. Así se acumuló el desgaste de los Estados Unidos, ni mismo el soft power fue capaz de crear la unidad alrededor de su proyecto de globalización neoliberal. Que se pude ver fu ela victoria de un proyecto nacionalista llamado “*America First*”. La Covid-19 consolida la ruptura unipolar e trae um nuevo paradigma jurídico. Estos acontecimientos nos enseñan que los mecanismos de influencia y control internacional de los Estados Unidos estaban en crisis y que nuevos arreglos deberían ser hechos incluyendo las potencias en ascensión e las potencias regionales. Como por ejemplo, además de las fronteras del mundo occidental, China conquista espacio con su exitoso modelo de

economía y Rusia invierte fuertemente para enfrentar los cambio del poder geopolítico mundial. El escenario unipolar ya no es absoluto y exigirá adaptaciones por parte de los Estados Unidos para enfrentar los desafíos en su estructura de poder y permitirles convivir con una nueva multipolaridad que parece inevitable.

Palabras clave: Geopolítica; globalización neoliberal; estrategia de defensa nacional estadounidense; hegemonía; choque de civilizaciones; poder fuerte; poder blando; *American First*; Covid-19; multipolaridad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Teoria do Poder Terrestre – Mackinder (1904 – Inglaterra)	22
FIGURA 2 -Teoria dos Fimbrías – Spkykman (1942- Holanda/EUA)	23
FIGURA 3 - Teoria do Choque de Civilizações – Huntington (1993/6)	25
FIGURA 4 - Teoria da Tríade	67

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Tabela de abordagens teóricas	30
TABELA 2 - A ordem mundial pós-moderna	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático
BIRD – Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CIPS –China's Internacional Payments System
COVID – Doença do Coronavírus
EUA – Estados Unidos da América
FFAA – Forças Armadas
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
G7 – Grupo dos sete
G20 – Grupo dos vinte
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NSS – National Security Strategy (Estratégia de Segurança Nacional)
OBOR – One Belt One Road
OEA – Organização dos Estados Americanos
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTASE – Organização do Tratado do Sudeste Asiático
PNAC – Projeto para o Novo Século Americano
RI – Relações Internacionais
RPC – República Popular da China
SWIFTH - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication
TPP – Tratado Transpacífico
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SISTEMA INTERNACIONAL E PODER DO ESTADO	19
2.1 Teorias da Geopolítica	200
2.2 Teoria das Relações Internacionais	266
2.3 Ciclos estatais da modernidade.....	311
3 BASES DA HEGEMONIA AMERICANA E DA GLOBALIZAÇÃO LIBERAL	377
3.1 O conceito de hegemonia	37
3.2 Liderança da globalização neoliberal	444
3.2 A centralidade do dólar e o controle do sistema financeiro monetário de alcance global.....	500
3.2 NSS de Clinton e o apogeu da <i>Pax Americana</i>	522
4. A ORDEM MUNDIAL PÓS-2008.....	59
4.1 NSS de Bush e a Guerra ao Terror	611
4.2 Crise de 2008 e a NSS de Obama.....	643
4.3 <i>America First</i> de Trump e a desglobalização mundial	677
5. CONCLUSÃO	744
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	788

1 INTRODUÇÃO

O poder dos Estados Unidos da América (EUA) sobre a Ordem Mundial que se estabeleceu depois da Segunda Guerra Mundial persiste e se desdobra na segunda década do século XX. Mas as mudanças que caracterizam o novo século como o período pós-Era da Incerteza¹ representam grande impacto sobre esse poder global e sobre a capacidade dos EUA de liderar o processo de globalização² neoliberal. Estudiosos dedicados às Relações Internacionais e, mais especificamente, à geopolítica apontam que os efeitos sobre a hegemonia norte-americana são sentidos não somente a partir da ascensão da China e da Rússia. Contribui para isso a remodelação das estruturas sociais, éticas e culturais iniciadas pela Pós-Modernidade³, intensificadas pela disseminação globalizada de uma cultura baseada no individualismo, na popularização da internet e no fim dos sonhos ideológicos.

Desde a Crise Financeira de 2008 está em andamento um processo de atenuação da força das estruturas tradicionais de poder, especialmente na área econômica, como o Fundo Monetário Internacional⁴ (FMI), o Banco Mundial e o Grupo dos 7 (G7), além da permanência do dólar como referência monetária internacional. Mas a capacidade de ditar as normas da economia mundial, estabelecida desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da Conferência de Bretton Woods, já vinha sendo seriamente abalada a partir dos atentados terroristas de 2001.

¹ Título de um livro do economista canadense John Kenneth Galbraith, que analisa e compara as grandes certezas do pensamento econômico do século XIX com as incertezas dos problemas enfrentados no início do século XX. Na passagem do século XIX para o XX, Sigmund Freud fundamentou a psicanálise e surgiram as psicologias do inconsciente, colocando dúvidas sobre a primazia da razão nos assuntos humanos. Quase paralelamente, Einstein formulou a Teoria da Relatividade e, algum tempo depois, Heisenberg enunciou o Princípio da Incerteza, lançando as bases de uma progressiva mudança de paradigmas na ciência.

² Globalização é um processo de integração social, econômica e cultural entre as diferentes regiões do planeta, a total ou parcial integração entre as diferentes localidades do planeta e a maior instrumentalização proporcionada pelos sistemas de comunicação e transporte. Abrange os planos político e econômico, além da troca de hábitos e costumes culturais, sendo por isso também chamada de “aldeia global”.

³ É o conceito que representa toda a estrutura sociocultural desde o fim dos anos 1980. Caracterizada pela globalização e domínio do sistema capitalista, reordena o mundo, política e militarmente, em um sistema unipolar, liderado pelos Estados Unidos e com a forte presença econômica de países como Japão e Alemanha.

⁴ Organização internacional criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods, com o objetivo inicial de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. Os 188 países membros contribuem por meio de um sistema de cotas, a partir das quais os membros com desequilíbrio de pagamentos podem pedir empréstimos temporários. O FMI exerce uma vigilância das economias de seus membros e demanda políticas de autocorreção, com o objetivo de, segundo a instituição, melhorar a economia dos países, elevar o nível de empregos, promover o crescimento econômico sustentável e a redução da pobreza do mundo.

A hipótese central desta dissertação não é de que a centralidade dos Estados Unidos diminuiu. Ao contrário, ela se desenvolveu e evoluiu ao longo do tempo. O poder americano continua baseado na superioridade da produção, no domínio da tecnologia de ponta e dos mercados para elementos mais sutis, associados ao *soft power* e a questões financeiras e monetárias. Entretanto a crise de 2008 evidenciou a impossibilidade de execução de uma *Pax Americana*⁵ num mundo globalizado, multicultural e economicamente competitivo. O Estado liberal desregulamentado não foi capaz de exercer o controle do sistema financeiro internacional e expôs a incapacidade das estruturas hegemônicas de poder da tríade capitalista⁶ formada pelos EUA, Europa e Japão em solucionar a crise financeira.

Para demonstrar essa circunstância, a dissertação investigará os caminhos trilhados pelos Estados Unidos da América na constituição da sua estratégia de globalização neoliberal, que se instituiu como nova ordem a partir do fim da Guerra Fria, em 1989, e marcou o nascimento da ordem pós-moderna. Nesse caminho estão grandes acontecimentos, como o ataque terrorista de 11 de setembro⁷ de 2001, a Crise do Subprime⁸, de 2008, a mais recente disputa comercial com a China, em 2018, e a pandemia da Covid-19.

Ao longo deste trabalho, o olhar sobre a dinâmica hegemônica americana será norteado pelos seguintes objetivos específicos: i) analisar o perfil de evolução das estruturas hegemônicas multilaterais controladas pelos Estados Unidos da América e sua capacidade de influenciar diretamente o sistema global de poder, desde Bretton Woods até a crise financeira de 2008; b) examinar as características do contexto mundial pós-2008 e seus impactos na formação de novas estruturas multilaterais não

⁵ Termo que se refere à hegemonia norte-americana ou especificamente ao período de relativa paz entre as potências ocidentais e outras grandes potências em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Coincide com o início da atual dominação econômica e militar dos Estados Unidos, em estreita colaboração com a ONU.

⁶ Ordem mundial estabelecida a partir da Guerra Fria que compreende a disputa econômica e financeira a três países, que lideram três polos de poder: Estados Unidos (Polo Americano), Alemanha (Polo Europeu) e Japão (Polo Asiático, mais recentemente com a participação da China).

⁷ Coordenados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, na manhã de 11 de setembro de 2001, 19 terroristas sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros para uma série de atentados suicidas contra os Estados Unidos. Ao jogarem dois dos aviões nos edifícios conhecidos como Torres Gêmeas, em Nova Iorque, mataram 3 mil pessoas.

⁸ A Crise do *Subprime* foi uma crise financeira desencadeada em julho de 2007, com a queda do índice Dow Jones motivada pela concessão desenfreada de empréstimos hipotecários de alto risco (*subprime loan* ou *subprime mortgage*). A crise arrastou vários bancos para a situação de insolvência, repercutindo fortemente nos mercados financeiros de todo o mundo. Além das falhas na regulação do crédito imobiliário, foi pano de fundo da crise a manutenção de juro baixos pelo FED (Banco Central norte-americano) para estimular a economia americana após chamada crise da bolha da internet.

mais controladas pelos Estados Unidos da América;

O método utilizado para o desenvolvimento da dissertação é o dedutivo-qualitativo. Em outras palavras, a análise e a racionalização das referências levarão à verificação da hipótese e ao alcance dos demais objetivos. A bibliografia é explorada a partir de técnicas de pesquisa e descrição de eventos históricos.

A pesquisa segue uma trajetória traçada desde o início da formação das estruturas hegemônicas mundiais, a partir da Paz de Westfália, em 1648. O evento, que marcou o colapso do Estado Medieval e o esboço da concepção de Estado Moderno, inaugurou um período de paz depois de sucessivas guerras sangrentas, o que possibilitou o início de uma dinâmica de relações entre os estados e o surgimento de uma nova ordem internacional.

É importante para essa discussão ressaltar que a disputa pelo poder pode se dar por meios coercitivos e econômicos, tal como o demonstram o colonialismo e o imperialismo. Nos tempos modernos, a conquista militar de territórios fiscais e coloniais deu lugar à conquista de “territórios econômicos supranacionais”, pela qual os “Estados-economias nacionais” impõem suas moedas e seus capitais privados ocupam posições monopolistas que lhes rendem lucros extraordinários. O maior exemplo desse fenômeno de projeção do poder nacional são os EUA que, após a Guerra Fria, avançaram sobre um “território econômico supranacional” através da “globalização econômica”. A tecnologia, as multinacionais, a moeda, o poder de decisão nos principais foros e regimes internacionais colocam o país numa posição dominante.

Grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial, os EUA ganharam de imediato protagonismo à escala global através da capacidade de resposta e apoio à reconstrução da Europa e do Japão, para além da sua firme oposição ao bloco pró União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os EUA reforçaram a sua política de intervenção externa em conflitos regionais sempre afirmando ter em vista do afastamento de potenciais regimes comunistas. O período da Guerra Fria foi marcado pela bipolaridade no cenário geopolítico mundial.

Com a crise de 2008, assistimos a modificações substantivas na ordem mundial, levando à conjuntura atual de hegemonia dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que exerce essa dominação, o país se vê frente a um cenário completamente novo no século XX, que exige dos EUA a busca de soluções para a incapacidade de evitar a transição para a multipolaridade, a necessidade de estancar

o sentimento antiamericano que cresce em escala global e a insuficiência da tríade capitalista na condução do sistema financeiro internacional. Paralelamente, será necessário lidar com a ascensão geopolítica da China e de outras potências regionais.

As pesquisas para a realização deste trabalho demonstram que as Estratégias Nacionais de Segurança (NSS – *National Security Strategy*), que orientam as ações de Estado dos EUA, e a continuidade de sua política internacional são influenciadas pelas concepções de Henry Kissinger e de Zbigniew Brzezinski. Esses autores seguem a geopolítica clássica no sentido de apontar a Eurásia como o continente basilar para o equilíbrio e os rumos da política de poder global. Da mesma forma que existe um consenso de que os Estados Unidos alcançaram uma hegemonia hemisférica, também existe um entendimento de que as relações fundamentais para a geoestratégia dos EUA estão no eixo Leste-Oeste, entre os países do Hemisfério Norte.

Para fundamentar o debate sobre a hegemonia dos Estados Unidos será apresentado um panorama dos arquétipos estratégicos norte-americanos formulados por George Kennan e colocados em prática ao longo dos 44 anos de Guerra Fria e pelas diretrizes da Estratégia Nacional de Segurança dos governos Bill Clinton⁹, George W. Bush¹⁰, Barack Obama¹¹ e Donald Trump¹².

É possível observar nas NSS que, apesar de diferenças de abordagens, os objetivos estratégicos se mantiveram ao longo do tempo e estão em linha com as teorias de Kissinger e Brzezinski, que, por sua vez, são influenciados pela geopolítica clássica de John Mackinder e Nicholas Spykman. Este trabalho também se utiliza da obra de Francis Fukuyama, que simboliza o auge da *Pax Americana*. O autor, em sua obra *O Fim da História e o Último Homem* idealiza um mundo democrático, sem conflitos nem guerras. No entanto, o próprio Fukuyama reconheceu mais tarde o equívoco de sua tese e revisou sua obra, admitindo a inaptidão do dogma neoliberal para dominar o planeta e a vida das pessoas em escala mundial. É a ideia de conflito intercivilizacional de Huntington que traz uma ruptura a perspectiva clássica.

Para Huntington, a multipolaridade do mundo contemporâneo passa a

⁹ William Jefferson "Bill" Clinton (1946 –) foi o 42º presidente dos Estados Unidos, por dois mandatos, entre 1993 e 2001.

¹⁰ George Walker Bush (1946 –) foi o 43º Presidente dos Estados Unidos, por dois mandatos, entre 2001 a 2009.

¹¹ Barack Hussein Obama II (1961 –) foi o 44º presidente dos Estados Unidos, por dois mandatos, de 2009 a 2017, sendo o primeiro afro-americano a ocupar o cargo.

¹² Donald Trump (1946 –) foi o 45º presidente dos Estados Unidos, de 2017 a 2021.

representar verdadeiras identidades civilizacionais. Portanto, a estratégia americana deve buscar nos elementos factuais do mundo real os sinais que mostrem um cenário internacional tipificado pelo choque de civilizações. De acordo com essa visão, o novo paradigma de segurança nacional americano não deve mais ser caracterizado pela predominância cêntrica da dimensão econômica e das organizações multilaterais do sistema internacional. A reconfiguração da ordem mundial do século XXI descredencia a ideia de Fukuyama do fim da História pelo triunfo do capitalismo, seja pela existência de contradições e conflitos, seja pela ascensão geopolítica da China, cujo paradigma não democrático desafia os teóricos da ciência política.

Este trabalho pretende realizar uma explanação histórica e uma análise de conjuntura, estratégia e tática para compreender a trajetória americana. A dissertação apresenta a centralidade do dólar na construção desse arcabouço hegemônico, partindo da premissa de Fiori (2007, p. 12) de que os Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios realizam isso também em seu “território monetário” e internacionalizam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais e sua riqueza se expressam em suas moedas nacionais e só podem se internacionalizar mantendo seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua ou a de um Estado nacional mais poderoso.

Por isso, pode-se dizer que a ‘globalização econômica’ é um traço originário e constitutivo do sistema capitalista, mas não é uma obra do “capital em geral”, nem representa o fim das economias nacionais. Muito pelo contrário, é o resultado da expansão vitoriosa dos Estados-economias nacionais, que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e várias formas indiretas de tributação seletiva destinadas a cobrir parte dos custos de gestão do próprio poder global.

A hipótese é que as dimensões política e econômica se determinam reciprocamente, sem que haja hierarquia ou precedência entre elas, situando na tradição teórica o que Fiori¹³ chama de “sistema mundial moderno”. A análise em retrospecto do autor leva ao conceito de Estados-economias nacionais, que seriam

¹³ José Luis da Costa Fiori é um cientista político e economista brasileiro. Dedicou-se há mais de 20 anos à pesquisa e ao ensino no campo das Relações Internacionais, especialmente da Economia Política Internacional, com ênfase no estudo das relações entre a geopolítica e a economia política do sistema interestatal capitalista. Ele considera que o novo núcleo da geopolítica mundial, no século XXI, terá como protagonistas pelo menos os EUA, a China e a Rússia.

máquinas de conquista militar e expansão econômica. Fiori constata que o impulso e o dinamismo dessa expansão vêm da competição militar e econômica entre os Estados, o que o autor chama de “pressão competitiva”. À medida que toda relação de poder político é assimétrica e está baseada num “jogo de soma zero”, a própria relação termina por exercer pressão competitiva sobre si mesma.

Esta releitura histórica pretende identificar o papel central dos mecanismos financeiros, monetários e comerciais como base da dinâmica estratégica americana e apontar os desafios para a manutenção da projeção imperial do poder americano diante da uma ameaça chinesa que vem ampliando seu território econômico supranacional. Mesmo que a potência hegemônica não tenha rival a sua altura, a estabilidade sistêmica jamais se pereniza, pois a posição de hegemonia é sempre transitória. Ainda não existe uma teoria unificada do conflito internacional e das lutas nacionais. E não existe, dentro do sistema mundial, nenhum ‘ator’ ou ‘sujeito histórico’ unitário, com o ‘destino manifesto’ de salvar ou melhorar a humanidade. (FIORI, 2007, p.16).

Nesse sentido, a compreensão de como a hegemonia dos Estados Unidos se formou e se mantém, bem como os possíveis abalos que possa sofrer, tem o objetivo de basear as análises das transformações do século XX e subsidiar estudos que acompanhem os caminhos do *hegemon* ao longo do século XXI. Como parte do dever do estudioso das relações internacionais de contribuir para uma visão prospectiva de longo alcance, com objetivo de compreender o jogo geopolítico das nações hegemônicas. Sem perder de vista que o grande desafio de implantação de uma ordem mundial multipolar e cosmopolita é a busca de um consenso universal de modo a rejeitar toda e qualquer modalidade de subordinação ao núcleo de poder do sistema mundial.

2 SISTEMA INTERNACIONAL E PODER DO ESTADO

Este capítulo é uma breve apresentação dos conceitos que serão utilizados na análise documental do período de 2001 a 2020. Os conceitos trabalhados são parte do debate das Relações Internacionais e esta dissertação não tem como objetivo esgotar a discussão teórica.

A Teoria das Relações Internacionais tem instrumentos conceituais com os quais se pretende compreender a relação entre os Estados no campo externo ou internacional. O comportamento do Estado está no centro das discussões, e o poder é o elemento que permite a sobrevivência desses estados. É uma disciplina marcada por grandes debates entre teorias emergentes e teorias tradicionais, podendo ser dividida em três grandes campos de estudo: Realistas, Liberais e as Visões Alternativas.

A geopolítica é um debate que se situa hoje no campo da Teoria das Relações Internacionais e busca compreender as relações interestatais, articulações e as estratégias de política interna e externa adotadas pelos países dentro da lógica da acumulação de capital e da competição capitalista em escala global. É uma ciência que leva em conta a posição territorial e a conjuntura política para analisar a relação lógica de poder que se estabelece no mundo. A origem da palavra geopolítica é associada ao sueco Johan Rudolf Kjellén¹⁴ e ganha repercussão principalmente a partir dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial. Depois foi utilizada na Alemanha e Itália nazistas durante o período de expansão e, finalmente, se tornou popular, devido a sua aplicabilidade na formulação da estratégia de guerra dos países durante a Segunda Guerra Mundial.

Para compreender o debate da geopolítica é necessário compreender a evolução social dos Estados, o debate teórico em torno da organização da ordem internacional numa perspectiva histórica, e o conceito formal de grande estratégia, além de ser capaz de apontar os conflitos e contradições que dinamizam o próprio Sistema Mundial.

Geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político.

¹⁴ O cientista político sueco Johan Rudolf Kjellén (1864 – 1922) cunhou o termo “geopolítica” em 1899. A abordagem, inspirada no geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzek, busca interpretar os fatos atuais e o desenvolvimento dos países por meio das relações estratégicas entre o poder político e os espaços geográficos dessas nações.

Guia o estadista na condução da política interna e externa do Estado e orientadora ao militar na preparação da defesa nacional e na condução estratégica. Ao facilitar a previsão do futuro mediante a consideração da relativa permanência da realidade geográfica, lhe permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, como consequência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes (ATENCIO, 1965, p.41).

A partir desse arcabouço teórico esta dissertação pretende demonstrar como os Estados Unidos da América (EUA), através de sua Grande Estratégia Nacional, criaram um conjunto de mecanismos políticos, multilaterais e econômicos que implicaram mudanças profundas na ordem internacional e no equilíbrio geopolítico global e como esses mecanismos sofreram com os acontecimentos históricos do início do século XXI, colocando em xeque a *Pax Americana* e, conseqüentemente, o domínio imperial dos EUA sobre a ordem mundial vigente.

2.1 Teorias da Geopolítica

A geopolítica se desenvolve em função da percepção do poder dos Estados na relação entre esses Estados no mundo, levando em conta que os Estados buscam exercer o poder mundial. Dentre os elementos básicos da geopolítica está a tendência dos Estados, em face das condições geográficas, a forma dos territórios, a posição dos territórios e a linha periférica dos territórios.

No que tange à tendência dos Estados em face das condições geográficas, é importante compreender quais são essas melhores condições da geografia de um Estado. Trata-se de mapear, por exemplo, se o Estado possui saídas para o mar, acesso a costas opostas e rotas relevantes de suprimentos, acesso à totalidade de suas bacias hidrográficas e bases aéreas.

A forma e a posição dos territórios também são elementos importantes para a geopolítica porque têm uma influência decisiva no aspecto econômico, social e de segurança. Quanto à posição, vale ressaltar que também se leva em conta não só latitude e altitude, mas também sua localização e perfil – de continentalidade e/ou maritimidade. Outros aspectos que estão relacionados com clima, relevo e acesso a recursos naturais também são fundamentais.

Nesse aspecto, vale a pena ressaltar a evolução do conceito de fronteiras, que mudou radicalmente. Os povos primitivos se constituíam em comunidades que, na imensa maioria das vezes, eram separadas por fronteiras naturais e grandes pedaços de terra. Após a Idade Média, o cristianismo, a criação de novos impérios e a

colonização exigiram que limites fossem traçados e documentados. Hoje, as fronteiras assumem uma condição mais complexa devido à globalização, porém, é importante ressaltar que, mesmo com a formação de blocos econômicos entre Estados, nenhum desses Estados abre mão de sua base territorial como fundamento da preservação da sua soberania.

Apesar de atualmente estar situada no campo das Relações Internacionais (RI), a geopolítica precedeu a consolidação das RIs enquanto campo de estudo científico. Em 1890, Alfred Thayer Mahan, almirante da Marinha dos EUA, construiu a teoria do poder marítimo, como aponta Padula, 2018, p 33-34:

Ao estudar a evolução do domínio marítimo britânico como a fonte de sua supremacia global, o almirante estadunidense Mahan (1890) salienta a importância do domínio de ilhas transoceânicas, de passagens estratégicas e portos continentais para o controle de rotas marítimas estratégicas.

Mahan baseou seus estudos em fatos históricos que apontavam que, desde o século XVII, os países que obtinham o controle comercial e militar dos mares apresentavam vantagens decisivas nas guerras. A partir dos estudos de Mahan, o mar passou a ter uma importância maior nas análises de estratégia e desenvolvimento das nações.

Mahan prescreveu como imprescindível no curto prazo o domínio do Mar do Caribe e do Golfo do México, assim como a construção de um canal transoceânico no istmo do Panamá sob o controle estadunidense, para que suas marinhas de guerra e mercante auferissem maior capacidade de mobilidade entre os oceanos Atlântico e Pacífico, proporcionando maior segurança territorial e maior expansão produtiva-industrial e comercial. (Padula, 2018, p 34).

Em 1904, o geógrafo Halford John Mackinder desenvolveu uma teoria baseada na supremacia do poder terrestre, conforme aspectos geográficos e históricos analisados, Mackinder afirmou que existia um poder terrestre eurasiático que buscava, por meio de uma expansão centrífuga¹⁵, dominar regiões periféricas da Europa. O poder antagônico, marítimo, controlava a região costeira da Eurásia e exercia uma força centrípeta¹⁶, capaz de manter o poder terrestre afastado da costa.

A tese por ele defendida era a de que o poder terrestre poderia conquistar as bases do poder marítimo, caso conseguisse adicionar à sua retaguarda continental uma frente oceânica que lhe possibilitasse tornar-se um poder anfíbio, simultaneamente terrestre e marítimo (Mello, 1999, p. 39).

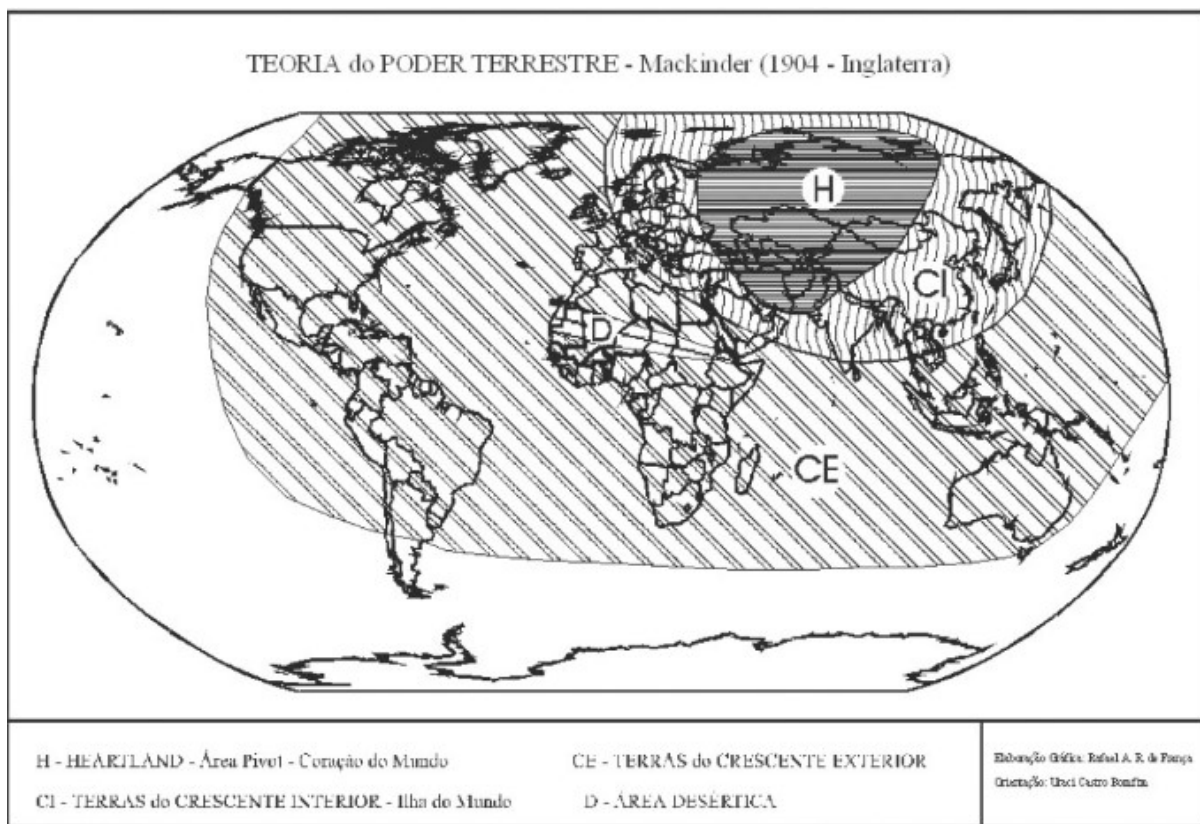
Ancorado nas coordenadas conceituais de sistema global fechado, determinismo geográfico e antagonismo entre oceanismo e continentalismo foi

¹⁵ Força centrífuga é a que empurra os elementos do centro para fora da curva.

¹⁶ Força centrípeta é a que puxa os elementos para o centro da curva.

formulada a teoria do Heartland. O Heartland é uma massa terrestre que, devido à sua posição geográfica afastada dos oceanos e protegida pelo mar do Ártico, seria inviolável, ou seja, protegida de possíveis interferências de outros países. Portanto, para Mackinder, quem comandasse o Heartland comandaria o mundo ou *Ilha Mundo*. De acordo com o pensamento de Mackinder, teria chegado ao fim a supremacia do poder naval, ou o controle dos mares, como chave do poderio das nações. Assim, era possível que o poder marítimo inglês fosse suplantado pelo poder terrestre russo-alemão.

FIGURA 1 - Teoria do Poder Terrestre – Mackinder (1904 – Inglaterra)



Fonte: BONFIM, 2005.

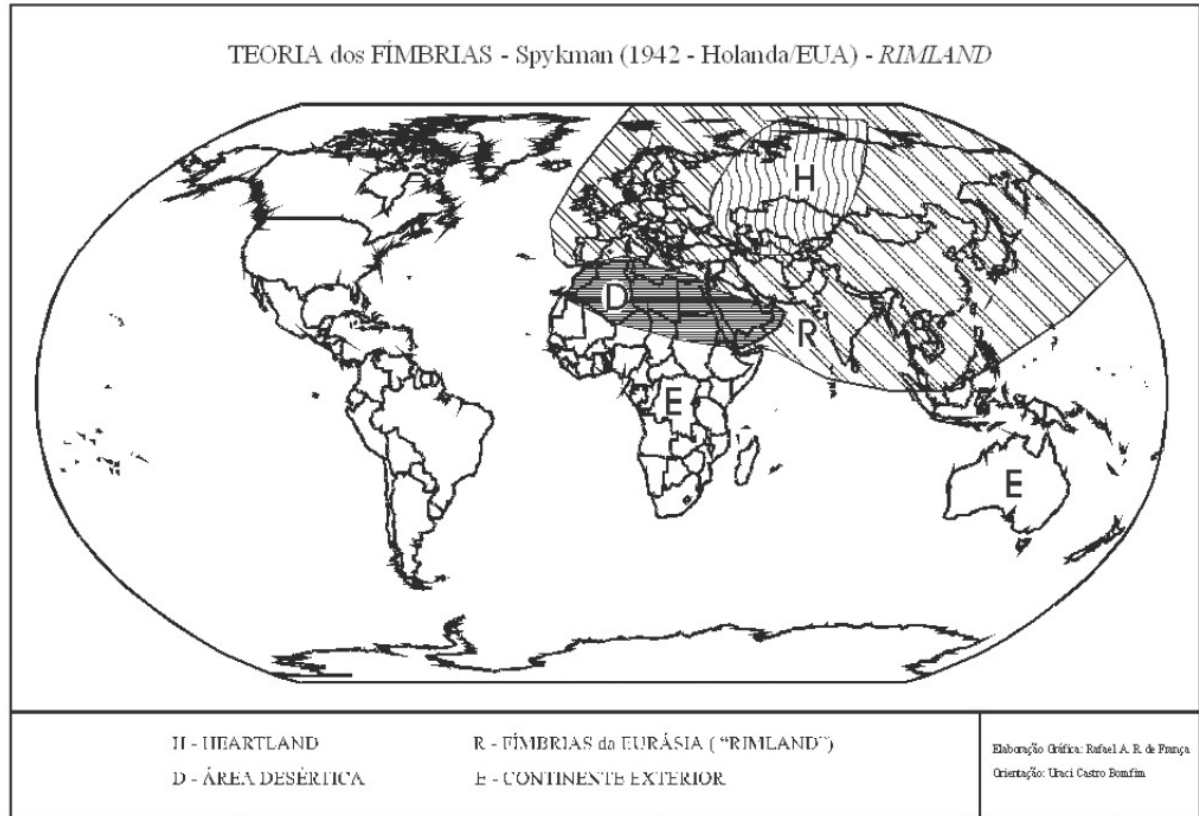
Em 1942, o estrategista Nicholas John Spykman desenvolveu a Teoria das Fímbricas, também conhecida como Teoria do Rimland. Spykman chamou de Rimland as áreas periféricas (bordas) que contornassem a *Ilha Mundo*. Para ele, quem ocupava o Heartland não conseguiria expandir seu poder para a *Ilha Mundo*, porque o poder mundial não pertence a quem controla diretamente o “coração do mundo”

Spykman observa um paralelismo geográfico entre a América do Norte e a Eurásia, por terem a mesma vizinhança [...] Assim, os EUA seriam uma ilha transoceânica cercada pelas extremidades da Eurásia e deveria atuar permanentemente nesta área geográfica (Padula, 2018, p 35).

Por essa análise, Spykman é considerado por muitos autores um precursor da

Estratégia de Contenção que foi desenvolvida por George Kennan e que será abordada no próximo capítulo.

FIGURA 2 -Teoria dos Fimbrías – Spkykman (1942- Holanda/EUA)



Fonte: BONFIM, 2005.

O fim da Segunda Guerra Mundial gerou um processo de grande transformação no cenário geopolítico. O surgimento das nações emergentes, a busca por atuações regionais e o surgimento e consolidação dos sistemas internacionais são para Castro (1986), fatores relevantes que mudaram a concepção de mundo no século XX. Ao fim desse processo de polarização, nesse mundo pós-moderno em que passamos a viver, surge uma nova ordem mundial cujas principais características são a intensificação da globalização, a formação de blocos econômicos e o choque de civilizações.

A pós-modernidade se caracteriza principalmente pela compressão do espaço-tempo, nesse caso proporcionado pelo mundo virtual que possibilita a instantaneidade da presença e que não respeita fronteiras ou outras convenções geográficas construídas pelo ser humano. (L CORDEIRO, H LOURENÇÃO, E SOL, 2020, p. 16)

Zbigniew Brzezinski foi um estudioso que atuou como conselheiro da Casa Branca e obteve posições de comando político. O autor apresenta uma visão inovadora de análise das relações de poder entre os Estados. Brzezinski diferencia os

conceitos de geopolítica e geoeconomia. A geopolítica procura entender e explicar o comportamento político internacional e está vinculada a fatores geográficos de como o Estado exerce o poder sobre seu território. A geoeconomia, por sua vez, é como o Estado utiliza de instrumentos econômicos para promover e defender seus interesses nacionais. Em 1973, junto a Jimmy Carter e David Rockefeller, Brzezinski cria a Comissão Trilateral, organização que tinha como objetivo construir padrões de colaboração entre os EUA, Europa Ocidental e Japão. Mais tarde, ele entende que esse modelo amparado na elite tradicional e executado pelo *establishment* não atende aos desafios que se avizinham no novo século.

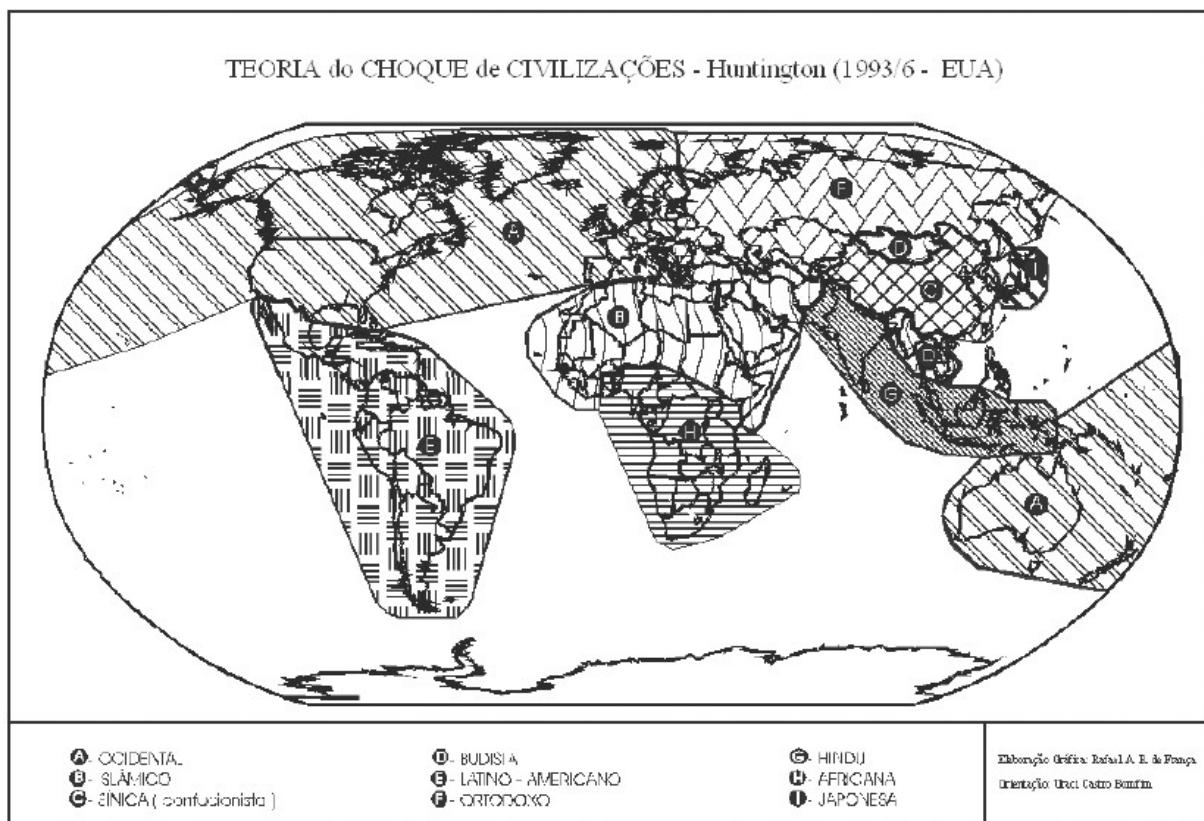
Brzezinski então passa a defender uma aproximação da China e o domínio da Eurásia a partir da triangulação China-Índia-Paquistão, que garantiria sua primazia na Ásia, e da triangulação China-Japão-Coreia do Sul para assegurar sua influência no Sudeste da Ásia. O autor afirma que a emergência de uma cultura democrática universal pautada pelos EUA depende do êxito na formação de uma cooperação democrática e estável no Ocidente, passando pela Eurásia até o Japão e Coreia do Sul.

O conselheiro econômico francês Jacques Brochard apresenta, em 1991, a Teoria dos Blocos, também conhecida como Teoria das Casas Comuns ou Teoria das Zonas Monetárias, “[...] um conceito geopolítico, cujo significado é a imposição de um cenário internacional unipolar com predominância cêntrica norte-americana em todos os campos do poder nacional (político, econômico, militar, cultural e tecnológico)” (GOÉS, 2007). O mundo estaria dividido em quatro blocos ou casas comuns, englobando os hemisférios Norte e Sul, cada um deles liderado por um ou mais Estados que compõem o grupo do G7. Nessa relação, os países mais pobres seriam fornecedores de matéria prima e consumiriam os produtos industrializados produzidos pelos mais ricos, estabelecendo um neocolonialismo econômico.

A consolidação dos Estados Unidos como elemento definidor da geopolítica mundial atinge seu auge pós 1989, fato que é interpretado por Francis Fukuyama como o fim da História. Há um fortalecimento da ideia de que os Estados Unidos são os únicos capazes de garantir a estabilidade econômica e financeira do sistema internacional, numa perspectiva em que mundo deveria aceitar a *Pax Americana* ou passaria a viver em um permanente estado de desordem mundial. O fim da história simboliza, a um só tempo, a vitória do capitalismo financeiro, da democracia liberal e da universalização dos valores ocidentais.

Em 1993, o professor americano Samuel Huntington (EUA) parte de um conceito sociológico de cultura e vislumbra o mundo dividido em nove civilizações. Para o autor, a civilização é o mais alto e amplo nível de identificação de um indivíduo com outro, portanto, após a Guerra Fria, os *choques de civilizações*¹⁷ se dariam não mais entre Estados e Ideologias fazendo um claro contraponto à teoria defendida por Fukuyama.

FIGURA 3 - Teoria do Choque de Civilizações – Huntington (1993/6)



Fonte: BONFIM, 2005.

O coronel do Exército brasileiro Roberto Mafra fundamenta sua elaboração da Teoria do Quaterno levando em conta o fato de a América Latina e o Brasil estarem à margem das teorias da geopolítica modernas. Para o autor, o mundo do século XXI estaria dividido em quatro blocos: Bloco Norte-Americano; Bloco Sul-Americano (inclui América Central, Caribe e México); Bloco Europeu (inclui Europa Ocidental e Oriental, Rússia e norte da África) e Bloco Asiático (sudoeste da Ásia). O grande mérito da Teoria do Quaterno, desenvolvida por Mafra, “repousa na ideia-força de que o Brasil e os demais países latino-americanos não devem aceitar tratamento inferiorizado por

¹⁷ Referência aos choques de civilizações de Samel P. Huntington.

parte dos demais blocos ou lideranças mundiais”. (GÓES; VISENTINI, 2019. p.33)

Nesse contexto em que será analisada a Grande Estratégia Americana no século XXI, é importante também apresentar a Teoria Geopolítica de Saul B. Cohen¹⁸, geógrafo americano, que definiu a geopolítica como fruto da interação entre condições geográficas e políticas, “*the analysis of the interaction between, on the one hand, geographical settings and perspectives and, on the other, political processes*” (COHEN, 2015, p. 16). O autor entende que o mundo não será mais ordenado por superpotências, mas sim por um sistema político policêntrico¹⁹ e poliárquico²⁰. Em outras palavras, a combinação hierárquica entre as grandes potências (EUA, China, União Europeia, Rússia e Japão) e as potências regionais (Brasil, Índia, Irã, Turquia, Austrália, África do Sul, entre outros) determinaria a ordenação do sistema mundo. O autor argumenta que o período de grandes transformações (fluxo de capital, serviços e pessoas) indica que será necessário um compartilhamento de poder entre os Estados.

Compreender o debate no campo da geopolítica é necessário para que possamos realizar as leituras adequadas das movimentações realizadas pelos EUA desde o fim na Segunda Guerra Mundial, com a construção das bases que garantiram a sua hegemonia, e contextualizar o debate em torno dos desafios geopolíticos apresentados para os EUA no pós-Crise Financeira de 2008.

2.2 Teorias das Relações Internacionais

O Estado é o centro do debate das Relações Internacionais, é uma entidade político-jurídica dotada de população, território reconhecido, governo e soberania interna e externa. Tem o poder de organização da vida comunitária, de polícia e de organização institucional.

¹⁸ Segundo o geógrafo norte-americano Saul Bernard Cohen (1925–2021), os processos políticos e as configurações geográficas são realidades dinâmicas que se influenciam mutuamente. A geopolítica é o estudo dessas interações, tendo, de um lado, as características e padrões geográficos e as diversas regiões do planeta e, de outro as forças que operam no nível internacional e no nível doméstico e que influenciam o comportamento internacional das nações.

¹⁹ Que tem vários centros de direção e de decisão. O mundo policêntrico será caracterizado pela mudança de poder dos Estados e por crescentes deficiências dos governos, sem responder de maneira adequada às demandas públicas globais.

²⁰ Referente à poliarquia, um conceito formulado pelo cientista político Robert Dahl (1914–2014), na década de 1970, ao investigar as condições necessárias para a democratização. Poliarquia pode ser traduzido como “governo de muitos”, para se referir ao grau máximo de democratização alcançado pelas nações desenvolvidas do Ocidente no momento da formulação do conceito.

Outro conceito fundamental para o entendimento do debate a ser apresentado neste trabalho é o Poder, a capacidade de um Estado exercer dominação e controle sobre outros atores internacionais e desta forma interferir no comportamento desses atores frente à dinâmica internacional.

O conceito de Sistema Internacional traz a ideia de hierarquização entre os Estados levando em conta as capacidades militares, políticas e econômicas, ou seja, a capacidade de exercer dominação. É um sistema anárquico, constituído pelos Estados, suas articulações e organismos internacionais e tem seu equilíbrio constituído na balança mundial de poder.

Já que Ordem Mundial pode ser interpretada como um recorte temporal de longa duração com determinação da governança entre os Estados por meio da junção do exercício de poder (cratologia) hegemônico em parceria com seus valores, princípios e ideais exportados e aceitos pela grande maioria dos demais Estados (principiologia/axiologia). (CASTRO, 2016, p. 77).

A hegemonia, não obstante o debate acadêmico que gira em torno do tema e que será abordado mais adiante, pode ser conceituado como o hiper poder exercido por um ou mais Estados em escala global. Os centros hegemônicos, também chamados de “*hegemons*”, possuem áreas de influência e liderança nas quais exercem sua supremacia.

O conceito de polaridade aparece em um longo período da análise da estratégia geopolítica dos EUA. É o conceito que se refere à configuração da distribuição de poder entre diferentes “*hegemons*” ou centros hegemônicos. A observação das capacidades sistêmicas dos Estados, no sistema internacional, levou ao surgimento de conceitos que caracterizam a dinâmica das interações dos países em diferentes recortes temporais. Logo, o sistema internacional pode operar sob os polos de poder. Ou seja, alguns países podem isoladamente ou junto com outros influenciar e liderar a política internacional, podendo formar, então, o que chamam de uni, bi ou multipolaridade.

A ciência das Relações Internacionais, apesar de historicamente recente enquanto disciplina objeto de estudo acadêmico, tem em sua fundação e seu escopo um amplo arcabouço datado dos primórdios da humanidade. É uma ciência que por sua natureza tem relação de força, poder e interesse na conjuntura política mundial. É capaz de influenciar o ambiente externo e atores internacionais de diferentes matizes.

Antes da publicação dos nove livros das histórias de Heródoto narrando a origem das Guerras Médicas (Guerras Greco-Persas), ou ainda bem anterior à escrita da obra clássica *História da Guerra do Peloponeso*, de

Tucídides, Sun Tzu já detalhara sobre o realismo das estratégias político-militares em *A Arte da Guerra*, tornando o livro um marco na historiografia inicial das Relações Internacionais. Heródoto, Tucídides, Sun Tzu, Lao Tse, Políbio, Péricles com os discursos durante a era de ouro de Atenas, e Tito Lívio com seus livros sobre a História de Roma, todos contribuíram – cada um ao seu modo – para a formação do amplo arcabouço do saber internacional. Em suma, as Relações Internacionais possuem origens e fontes históricas, geográficas e socioculturais vastas e distintas. (CASTRO, 2016, p.52).

As Relações Internacionais fazem parte do nosso cotidiano, são teorias que têm como objetivo responder a preocupações de cada época e revelar as características de diferentes classes sociais nesses espaços de convívio.

Existem parâmetros certos e errados para compreender a grande complexidade estilizada do saber internacional? Afinal, o que é certo e errado em RI com sua pluralidade, diversidade, relativismo e distorções hermenêuticas? Quais são os limites das visões que seriam consideradas corretas e erradas na epistemologia internacional? (CASTRO, 2016, p.55).

O Idealismo é considerado a primeira corrente da Teoria das Relações Internacionais. Surgiu como uma maneira de compreender as razões da Primeira Guerra Mundial e as consequências do conflito nas relações entre os Estados. O idealismo inspirado em Kant²¹ e na sua definição de paz perpétua serviu de base para o Tratado de Versalhes²², de 1919, a primeira tentativa de criação de uma organização internacional abrangendo países ocidentais. Idealizava-se que existiria uma condição na qual existiria uma paz duradoura e uma cooperação crescente entre as nações. A Segunda Guerra Mundial e a bipolaridade que se instalou na disputa mundial, afirmou o Realismo como uma visão de mundo dominada pela competição e pelo conflito.

A Teoria das Relações Internacionais ganha uma nova roupagem nas décadas de 1960 e 1970 com a teoria marxista²³, que pela primeira vez coloca no centro do debate as relações econômicas internacionais. Nos anos 1970, a Escola Liberal volta com força trazendo para o debate a Teoria dos Regimes. Na década de 1990, uma reação à escola liberal acontece de forma mais organizada e, com ela, surge a Teoria Crítica, que não acredita na neutralidade da ciência, que teria sempre um objetivo e um alguém por trás dela. A Teoria Crítica é comprometida com estratégias para

²¹ Immanuel Kant foi um filósofo prussiano, amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna. Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental, e a tradição empírica inglesa.

²² O Tratado de Versalhes (1919) foi um tratado de paz assinado pelas potências europeias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial, O principal ponto do tratado determinava que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e que, sob os termos dos artigos 231-247, fizesse reparações a um certo número de nações

²³ O marxismo é um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social, que utiliza uma interpretação materialista do desenvolvimento histórico e uma visão dialética de transformação social.

transformações estruturais na ordem internacional e levou à formação da corrente chamada de Construtivismo Social.

O quadro seguinte traz o contexto no qual as Teorias das Relações Internacionais se desenvolveram e como cada corrente contribuiu para o entendimento do mundo em seu momento particular.

Tabela 1 – Abordagens Teóricas

	Realismo	Liberalismo: Idealismo e Institucionalismo Liberal	Visões alternativas: Construtivismo, Marxismo, Teoria Dependência, Teoria Crítica
Núcleo de Interesse	Segurança	Paz	Potencial de transformação dos agentes e estruturas
Pressupostos	Interesses e valores universais	Racionalidade dos Estados, a busca pelo Poder e existência de hegemonia	Rejeição da universalidade; rejeição da distinção entre níveis de análise (política/economia, e interno/externo)
Abordagem para a paz	Proteger a autonomia soberana e dissuadir rivais por meio do exército preparação e alianças	Reforma institucional através de democratização, mercados abertos e direito internacional e organização	Ativistas que promovem ideias progressistas e encorajam os Estados a aderir às normas para comportamento apropriado
Motivação dos atores	Interesse Nacional	Interesse Nacional	Autorrealização
Nível de Análise	Global	Internacional	Local; Global
Perspectivas	Pessimista. Crescimento do poder nacional.	Otimista. Cooperação e progresso.	Agnóstico. Processo de socialização.

O realismo é, ao mesmo tempo, a teoria mais conhecida e contestada no campo das Relações Internacionais. O pioneiro Hans Morgenthau buscava compreender os fenômenos políticos internacionais através da compreensão da esfera política autônoma. Em outras palavras, defendia que a política é luta pelo poder e que esse movimento deve ser observado pelas lentes da teoria racional, buscando compreender o sentido das ações tomadas.

O interesse nacional definido em termos de poder, a incerteza precária do equilíbrio internacional do poder, a debilidade da moralidade internacional, o caráter descentralizado do direito internacional, a decepção das ideologias, as contradições internas da organização internacional, o controle democrático da política exterior, os requisitos da diplomacia, o problema da guerra: a teoria deve ter presentes todos esses fenômenos e problemas da

política que aparecem na cena internacional em manifestações peculiares, devido ao caráter igualmente peculiar da sociedade internacional (MORGENTHAU, 2001, p. 92, tradução livre).

Essa corrente teórica argumenta que as relações internacionais são definidas pela condição anárquica da política internacional e pela desigualdade presente na distribuição do poder no sistema internacional. Embora existam várias correntes teóricas, podemos dizer que os realistas compartilham das seguintes premissas: o grupismo, o egoísmo, a anarquia e a política de poder. Importantes contribuições foram apresentadas pelos realistas, como, por exemplo, a teoria da balança de poder de Waltz, a teoria da estabilidade hegemônica de Kindleberger.

O liberalismo, neoliberalismo, institucionalismo liberal e o idealismo partilham de muitas premissas teóricas utilizadas pelos racionalistas, porém chegam a conclusões diferentes. Essas correntes defendem que através da coordenação das instituições é possível influenciar os Estados a agirem em determinadas direções e assim administrar as incertezas e obstáculos intrínsecos à anarquia do sistema internacional. O institucionalismo desenvolveu estudos inovadores sobre o papel das organizações internacionais e introduziu o conceito de regimes internacionais. Keohane, em seu livro *After Hegemony*, abordou os efeitos do relativo declínio americano na manutenção dos regimes existentes na ordem mundial.

Se o egoísmo monitora o comportamento um do outro e se um número suficiente deles está disposto a cooperar com a condição de que outros também cooperem, eles podem ser capazes de ajustar seu comportamento para reduzir a discórdia. Podem até criar e manter princípios, normas, regras e procedimentos – instituições referidas como regimes internacionais [...] instituições adequadamente projetadas podem ajudar os egoístas cooperar mesmo na ausência de um poder hegemônico potência. (KEOHANE, 1984, p. 83-84).

As visões alternativas do campo das Relações Internacionais estabelecem um contraponto tanto ao realismo quanto ao liberalismo. No marxismo, Lênin, Marx e outros autores compartilham, em sua maioria, da visão de que a ordem global é hierárquica. Em outras palavras, atores centrais (mais poderosos) exercem poder e restringem o campo de ação dos atores periféricos (mais fracos). A teoria da dependência de Theutônio dos Santos e Immanuel Wallerstein tem referência no marxismo. Esses autores, porém, têm como preocupação central o desdobramento da condição de subdesenvolvimento porque observam a relação de dependência entre periferia e centro. A teoria crítica tem como principal alvo a tradição realista, em outras palavras, o egoísmo, as desigualdades e inseguranças não são intrínsecas a

determinada sociedade. Os autores defendem que o processo histórico que evolui com base na tensão entre conservadores e progressistas é que irá determinar a circunstância de cada país dentro do sistema internacional. Assim como os marxistas, Robert Cox enxerga a globalização hierarquizada em três níveis: os que integram a economia mundial, os que são subordinados e precarizados dentro da lógica capitalista da economia mundial e os que estão excluídos do processo de globalização. No construtivismo, a realidade e os fatos são frutos de uma construção intersubjetiva e social.

2.3 Ciclos estatais da modernidade

Um dos aspectos centrais da Ciência Política e das Relações Internacionais refere-se à questão do sistema de poder mundial do Estado Moderno, aqui vislumbrado como o sistema internacional de Estados nacionais soberanos, que somente surge nos estertores das guerras religiosas com o colapso da concepção medieval de Estado. Essa estatalidade moderna começa a ser desenhada com a celebração da Paz de Westfália de 1648, cujo desfecho inaugura a Ordem Mundial Eurocêntrica.

O Eurocentrismo é a visão de mundo que coloca a Europa como protagonista da história do homem. De acordo com essa visão, a cultura, o povo, as línguas e as demais características europeias são apresentadas como os elementos fundamentais na constituição da sociedade moderna.

O mundo europeu nasceu calcado no equilíbrio geral de poder dos Estados nacionais soberanos recém-formados a partir do colapso do Sacrossanto Império Romano-Germânico²⁴, cuja característica mais marcante era a dualidade de poder envolvendo a disputa política entre a Igreja e o Estado.²⁵

As relações entre os poderes temporal e religioso durante a Idade Média tinham

²⁴ Foi uma monarquia de caráter feudal que durou de 800 até 1806 na Europa Central e parte do Norte da Europa. Teve início em 800, ano da coroação de Carlos Magno pelo Papa Leão III. Era dividido em muitos territórios governados por herdeiros nobres, príncipes-bispos ou cavaleiros. O imperador era eleito por um seleto grupo. Foi dissolvido em 1806, em função das guerras napoleônicas.

²⁵ O mundo eurocêntrico nasce da transição do feudalismo para o absolutismo monárquico a partir do fim das Guerras Religiosas (Guerra dos Trinta Anos), ocasião em que se desconstrói o paradigma de soberania dual ou parcelada da Idade Média (poder temporal do Rei *versus* poder eclesiástico do Papa), despontando em seu lugar a soberania absoluta do Estado moderno regido pela ordem westfaliana pós-1648. No plano da geopolítica global, a Paz de Westfália de 1648 marca o início da sociedade internacional de Estados nacionais soberanos, calcada no equilíbrio de poder das grandes potências europeias (GÓES, 2018, p. 504).

sido regidas pelo confronto de poder com aspirações universais no âmbito do Império Romano-Germânico, uma vez que ainda não existiam os Estados nacionais propriamente ditos, dotados de soberania plena sobre um determinado povo dentro de um território delimitado (três elementos essenciais da estatalidade moderna: território, povo e soberania una/indivisível).²⁶

De notar-se, portanto, que antes da celebração da Paz de Westfália de 1648 não se podia ainda falar em Estados nacionais soberanos, nem em Direito Internacional Público, tal qual é concebido atualmente, e nem mesmo em ordem mundial eurocêntrica, regida pelo equilíbrio de poder das potências europeias, notadamente, Reino Unido, França e Alemanha.

A Paz de Westfália impulsiona o desenvolvimento do direito internacional e inaugura uma conjuntura internacional pautada no equilíbrio de poder entre os Estados europeus.

Jamais existiu uma ordem mundial que fosse verdadeiramente global. [...] Um século de conflitos sectários e convulsões políticas através da Europa Central havia culminado na Guerra dos Trinta Anos de 1618-1648 – uma conflagração na qual se confundiam disputas políticas e religiosas. [...] A paz vestfaliana refletiu uma acomodação de ordem prática à realidade, não um insight moral excepcional. [...] Ela se baseava num sistema de Estados independentes que renunciavam à interferência nos assuntos internos uns dos outros e limitavam as respectivas ambições por meio de um equilíbrio geral de poder.” (KISSINGER, 2015, p. 10-11).

As revoluções liberais do século XVII, provenientes da união da burguesia com o povo na busca por princípios básicos como o direito à vida, à liberdade individual e à propriedade, resultaram na queda de grandes monarquias absolutistas, inaugurando o Estado de Direito e o Constitucionalismo Moderno. O modelo liberal de Estado criou a ideia de que a sociedade deveria ter garantidos seus direitos fundamentais básicos e a separação entre os poderes, a ver na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, art. 16: “a sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.”

Estes direitos garantiriam uma igualdade material formal, ou seja, determinariam que todos são iguais perante as leis. Essa lógica garantiu segurança para a burguesia, porém não foi suficiente para proteger o povo que se manteve numa posição subalterna sem nenhum tipo de direito associado ao trabalho ou à dignidade

²⁶ Raúl Granillo, em *O campo* (2009, p. 95) mostra que: “Mais tarde, quando a superação da ordem feudal e do Sacro Império permitiu o nascimento dos Estados nacionais, novamente ocorreu o contraponto entre (...) os que consideravam que o único imperativo que rege as relações interestatais é aumentar o poder e a segurança do príncipe, concepção na qual o príncipe é entendido como sinônimo do Estado”.

humana como garantia de sobrevivência. No campo econômico, o *laissez-faire*²⁷ surgiu como solução. A expressão simboliza o Liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo, que preconiza o funcionamento livre do mercado sem interferências, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade. A liberdade de mercado levaria a melhores escolhas individuais e, conseqüentemente, beneficiaria o coletivo, assim como levaria à liberdade política e à democracia.

A derrota do Império Alemão na Primeira Guerra Mundial, a crise econômica e as inspirações originadas pela Revolução Russa levaram social-democratas e comunistas a promoverem levantes contra o Império Alemão. Em 9 de novembro de 1918, o imperador alemão abdica do trono. É então convocada uma Assembleia Constituinte, que se reuniu na cidade de Weimar e que criou a Constituição de Weimar, assinada em agosto de 1919. Esse documento é considerado o auge da crise do Estado Liberal do século XVIII e marca a ascensão do Estado Social do século XX. Entre outras medidas, como a proclamação da Alemanha como República Democrática Popular, a Constituição estipula normas de proteção social. Nela estão previstos direitos sociais, direitos de proteção do trabalhador, direito à educação e direito à liberdade religiosa. Seguem os mesmos princípios a Constituição Soviética de 1918 e a Constituição Mexicana de 1917.

Vê-se, portanto, que não sendo capaz de atingir todas as expectativas o Liberalismo entra em crise e, em contraponto, surge o *Welfare State*²⁸, o Estado de Bem-Estar Social, que apresenta um novo paradigma: tem como base garantir a igualdade de oportunidades.

Com base nos princípios da justiça social e da dignidade da pessoa humana, a engenharia constitucional do *Welfare State* ganha dimensão dirigente/emancipatória e passa a instituir normas programáticas destinadas a promover o bem-estar geral. E – ao fazê-lo – o novo ciclo estatal se insere em trajetória ético-jurídica, cujo postulado fundamental é a liberdade por intermédio do Estado, e não mais a liberdade perante o Estado do modelo liberal burguês. Sem negar os direitos civis e políticos conquistados pela doxa liberal, o Estado Social se vê compelido a proteger também os direitos atrelados à igualdade material. (GOÉS, 2007, p.7).

²⁷ *Laissez-faire* – Em francês, a expressão “deixe fazer”. Ela é utilizada para identificar um modelo político e econômico baseado na não-intervenção estatal. Os defensores do *laissez-faire* acreditam, em geral, que o mercado é capaz de se regular sozinho, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado.

²⁸ *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social é um tipo de organização política, econômica e sociocultural que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. É o conjunto de políticas públicas, cujo principal objetivo é ter o Estado como o principal responsável em promover a igualdade social e o bem-estar da população.

O Estado passa então a ter um papel ativo, colocando-se como agente da promoção social e organizador da economia, intervindo nas relações privadas para proteger os hipossuficientes e garantir a igualdade de oportunidades a todos. O postulado fundamental passa a ser a liberdade por intermédio do Estado, e não mais liberdade perante o Estado.

Com o fim da bipolaridade estratégica e da competição ideológica entre liberalismo capitalista e o comunismo, a ideologia que se impôs em escala planetária não foi, a da democracia baseada no *welfare state*, (...) Foi a do *laissez-faire* absoluto, com a alegação de que a liberdade de mercado levaria à liberdade política e à democracia. Eticamente justificou-se (...) mas a própria noção de Estado-providência tornou-se condenada como inepta à competitividade, num momento em que o desemprego era aceito como fatalidade estrutural. (ALVES, 2000, p.190).

Este modelo de estatalidade serve como paradigma para constituições em todo o mundo até os dias de hoje. No entanto, a literatura mostra que ocorreram transformações profundas na sociedade com o fim da Segunda Guerra Mundial, mudanças culturais, estéticas, ideológicas, que foram constituindo uma nova era, que podemos chamar da Era das Incertezas.

O economista canadense John Kenneth Galbraith compreende a análise e comparação das certezas do pensamento econômico do século XIX com as incertezas trazidas pelos problemas do século XX. De acordo com Galbraith, o século XIX havia se encerrado com a confiança no poder da razão, o entusiasmo pelo progresso tecnológico e a vibração com a expansão da indústria, além das perspectivas de construção do socialismo. A virada do século teria trazido mudanças de paradigma, com as dúvidas sobre a predominância da razão nos assuntos humanos trazidas pela psicanálise de Freud, a Teoria da Relatividade de Einstein e o princípio da incerteza de Heisenberg.

Não existe um consenso em relação à data de início da Pós-Modernidade, porém os autores identificam como marco a dissolução da referência à razão e a adoção do relativismo e da indiferença no campo social e da ciência. A globalização, o *boom* da internet, o fim da privacidade, os monopólios capitalistas potencializaram as ideias baseadas na pluralidade, no multiculturalismo, na subjetividade, na valorização do imediato, do individualismo, no consumismo e na mistura do real e do imaginário.

Para começar, ele invadiu o cotidiano com a tecnologia eletrônica de massa e individual, visando a sua saturação com informações, diversões e serviços. [...] Na economia, ele passeia pela ávida sociedade de consumo, agora na fase do consumo personalizado, que tenta a sedução do indivíduo isolado até arrebanhá-lo para sua moral hedonista — os valores calcados

no prazer de usar bens e serviços. A fábrica, suja, feia, foi o templo moderno; o shopping, feérico em luzes e cores, é o altar pós-moderno. Mas foi na arte que o fantasma pós-moderno, ainda nos anos 50, começou a correr mundo. Da arquitetura ele pulou para a pintura e a escultura, daí para o romance e o resto, sempre satírico, pasticheiro e sem esperança. Os modernistas (vejam Picasso) complicaram a arte por levá-la demasiado a sério. Os pós-modernistas querem rir levemente de tudo. Enfim, o pós-modernismo ameaça encarnar hoje estilos de vida e de filosofia nos quais viceja uma ideia, tida como arqui sinistra: o niilismo, o nada, o vazio, a ausência de valores e de sentido para a vida. Mortos Deus e os grandes ideais do passado, o homem moderno valorizou a Arte, a História, o Desenvolvimento, a Consciência Social para se salvar. Dando adeus a essas ilusões, o homem pós-moderno já sabe que não existe Céu nem sentido para a História, e assim se entrega ao presente e ao prazer, ao consumo e ao individualismo. (SANTOS, 1991, p.10).

Embora seja um movimento contemporâneo de muito apelo, ainda não é possível definir seus fundamentos de forma clara. Da perspectiva pós-moderna, o Estado Social é visto como uma ameaça à livre iniciativa e à economia de mercado, porque intervém na lógica “natural” da economia. No que tange à geopolítica, a pós-modernidade simboliza um momento de dualidade, o mundo dividido entre a influência americana e a influência multipolar representada por potências globais. No campo econômico e social o esvaziamento do poder da Constituição no mundo periférico tem como consequência o aumento da desigualdade, acirrando o ciclo da periferia no mundo em desenvolvimento.

Diferentes concepções disputam primazia sobre o conceito, sendo certo mesmo afirmar que a pós-modernidade, muito embora seja um movimento contemporâneo e forte, ainda não é completamente claro no que diz aos seus fundamentos éticos, sociológicos, filosóficos e jurídicos. Daí toda uma plêiade de elementos fractais dispostos a representá-lo, desde:

- (i) o descrédito das metanarrativas modernas de François Lyotard 47 (a *condição pós-moderna* desacredita a *ciência* como sendo a única fonte definitiva da verdade), perpassando-se
- (ii) pela lógica cultural do capitalismo tardio de Fredric Jameson, (lógica incapaz de promover a transformação social, notadamente nos países de industrialização tardia),
- (iii) pela crítica da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas que rejeita a postura neomarxista (preocupada em combater os ideais iluministas) e concebe uma concepção procedimentalista de democracia deliberativa,
- (iv) pela construção teórica da hiper-modernidade de Gilles Lipovetsky (visão anti-khuniiana de que não houve quebra do paradigma da modernidade, mas, apenas uma aproximação popperiana da realidade atual, na medida em que ainda reinam na sociedade contemporânea os valores da modernidade, como por exemplo, o individualismo, a explosão do consumismo, o liberalismo político, a metamorfose da ética, etc.) até, finalmente, chegar-se à,
- (v) superação do positivismo jurídico, fruto do giro epistemológico da revolução da linguagem de Wittgenstein II 52 que abriu espaço para a teoria discursiva do direito pós-positivista dos dias presentes (passagem do paradigma axiomático-dedutivo do positivismo jurídico para o paradigma axiológico-indutivo do neoconstitucionalismo). Em essência, a dogmática pós-positivista é uma construção hermenêutica que valoriza a dimensão

retórica das decisões judiciais a partir da sua aceitação pela comunidade aberta de intérpretes da Constituição. (GOÉS, 2007, p.104)

Fato é que os princípios westfalianos vêm enfrentando desafios, a Europa substituiu o sistema de Estados por um conceito de soberania compartilhada e reduziu sua capacidade militar de maneira que pouco consegue fazer quando acordos e normas internacionais são violadas. No Oriente Médio, vemos a destruição de Estados por grupos fundamentalistas na busca por uma revolução global. Na Ásia, os conceitos de soberania estatal se mostram mais sólidos, porém existem conflitos e rivalidades históricas que abalam a ordem tal qual abalaram a ordem europeia no século XIX. Os EUA, por sua vez, seguem defendendo seus valores como base da ordem mundial pacífica apesar das contradições inerentes a sua condução hegemônica no cenário mundial. Embora todos os grandes centros de poder, em alguma medida, pratiquem elementos da ordem westfaliana, nenhum deles se coloca como defensor natural do sistema. (KISSINGER, 2005, p.15).

3 BASES DA HEGEMONIA AMERICANA E DA GLOBALIZAÇÃO LIBERAL

Neste capítulo serão apresentados os conceitos de hegemonia a partir das diferentes correntes de pensamento das relações internacionais e a trajetória realizada pelos Estados Unidos da América na construção do modelo de Globalização Liberal que permitiu o exercício do seu poder unipolar durante um importante período do século XX.

3.1 O conceito de hegemonia

Uma importante discussão no âmbito das relações internacionais é sobre qual seria o papel de um Estado e em que condições ele exerce hegemonia no sistema internacional. Esse debate gira em torno das capacidades do próprio Estado, da influência e impacto nas relações de poder internacionais e nas instituições internacionais e da habilidade de equacionar a sua supremacia com a estabilidade sistêmica mundial. A capacidade do Estado de exercer seu poder dentro e fora de seu território está ligada à eficiência de gerenciamento das capacidades assimétricas dos países dentro do sistema internacional. O exercício do poder é feito por meio do poder duro (*hard power*) ou do poder brando (*soft power*), ou por meio de uma combinação de ambos os mecanismos.

O *hard power* (poder duro ou potência coercitiva) é o conceito da corrente Realista das Relações Internacionais, que determina a capacidade de um Estado de influenciar ou exercer pressão sobre o comportamento de outro a partir do uso de recursos militares e econômicos. É a capacidade de um Estado coagir ou induzir outro a adotar uma determinada ação, exercida por meio da diplomacia coercitiva, do poder militar da guerra ou do estabelecimento de aliança por ameaças, intimidação, uso da força ou proteção. O *soft power* (poder brando, de convencimento ou suave) descreve a habilidade de um Estado para influenciar indiretamente o comportamento de outros com o uso de elementos culturais ou ideológicos. A expressão é usada no discurso político para denominar os efeitos de influências sutis sobre elementos culturais, valores e ideias. Geralmente é associado à globalização e ao neoliberalismo²⁹.

Esse debate ganha força nos anos 1970 com a crise de desregulamentação do

²⁹ O Neoliberalismo é um termo que, especialmente a partir da década de 1970, tem sido empregado em economia política e economia do desenvolvimento para designar a doutrina que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia.

sistema monetário internacional impulsionada pelos grandes choques do petróleo³⁰, em 1973 e 1979, que colocaram em xeque a hegemonia dos EUA, que vinham se estabelecendo como superpotência após a Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura surgiram análises de todas as abordagens teóricas, em relação ao exercício da hegemonia. Esses diagnósticos, mesmo sendo muito diferentes, se assemelhavam no que diz respeito à centralidade da estabilidade ao sistema internacional e aos requisitos para a liderança da ordem internacional liberal.

Daí surgem diagnósticos de uma possível crise terminal (e potenciais substitutos) da hegemonia, mas também teses sobre a transição e o papel estabilizador do Estado líder, no que ficou conhecido como teorias da estabilidade hegemônica. Salvo suas diferenças, é possível encontrar em diferentes autores de diversas escolas de Economia Política Internacional similaridades quanto ao fato de suas análises sobre supremacia ou hegemonia (e seu possível declínio) estarem atreladas à situação de estabilidade no sistema internacional, e ainda à construção de uma ordem internacional liberal que seria promovida pelo Estado líder, como um provedor de bens públicos, exercendo um papel de gerente e estabilizador do sistema. Aqui, especificamente, podemos elencar autores realistas (Charles Kindleberger & Robert Gilpin) e liberais (Robert Keohane e Joseph Nye) em suas visões sobre estabilidade hegemônica. Mas também podemos encontrar esses aspectos em neomarxistas estruturalistas com teses sobre ciclos hegemônicos, como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein (Fiori, 1997). (PADULA, 2021, p. 58).

Na teoria da estabilidade hegemônica, desenvolvida pelos realistas, a preocupação desta corrente era de que sem uma liderança mundial o mundo repetiria a Grande Depressão³¹ de 1930. O realista Kindleberger afirma que a estabilidade da economia mundial no modelo liberal requer a existência de um poder dominante, “[...] para a economia mundial estar estabilizada, é preciso ter um e um único estabilizador.” (KINDLEBERGER, 1973, p. 305, tradução livre). O cientista político e também realista Gilpin utiliza a *Pax Britânica* e a *Pax Americana* como o exemplo dessa estabilidade

³⁰ Os dois grandes choques do petróleo ocorreram em 1973 e 1979, provocados pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e Golfo Pérsico à distribuição de petróleo para os Estados Unidos e países da Europa e África. O primeiro choque, em 1973, foi um protesto pelo apoio prestado pelos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, tendo a Opep aumentado o preço do petróleo em mais de 400%. O segundo choque, em 1979, ocorreu durante a crise política no Irã e a consequente deposição de Xá Reza Pahlevi, o que desorganizou todo o setor de produção no país, fazendo com que os preços aumentassem.

³¹ Em virtude do rápido crescimento da economia americana após a guerra, a década de 1920 foi um período de grande euforia econômica, marcado principalmente pelo avanço do consumo de mercadorias, consolidando o *american way of life*, o estilo de vida americano. O avanço da economia norte-americana tornou o país responsável pela produção de 42% de todas as mercadorias mundo, além de maior credora, emprestando grandes somas de dinheiro para as nações europeias. Os EUA também eram responsáveis por comprar 40% das matérias-primas vendidas pelas 15 nações mais comerciais do mundo. O *boom* econômico e a onda de euforia levaram os norte-americanos a investirem intensamente no mercado financeiro, o que acabou gerando especulação, com alta irreal das ações. O falso cenário de prosperidade financeira e a superprodução resultaram na quebra da economia americana e em uma profunda recessão, que ficou conhecida como Crise de 1929 ou Grande Depressão.

hegemônica. Nesses momentos históricos, durante os quais foi possível garantir uma relativa paz e estabilidade do sistema interacional, "a experiência histórica sugere que, na ausência de uma potência liberal dominante, a cooperação econômica internacional mostrou-se extremamente difícil de ser alcançada ou mantida" (GILPIN, 1987, p. 88). A partir do arcabouço teórico realista decorre o entendimento de que a instabilidade sistêmica causada pelas crises da década de 1970 marcariam o fim da *Pax Americana*, o fim do ciclo da hegemonia americana.

A visão realista apropria-se da noção weberiana de dominação, na qual o hegemôn é *primus inter pares*, capaz de controlar os resultados em âmbito internacional. Embora o conceito weberiano seja útil para explicar diversos aspectos das relações interestatais, especialmente aqueles de caráter militar, não contemplam a totalidade de vertentes presentes na hegemonia exercida pelos Estados Unidos. De forma similar à visão de teóricos do sistema-mundo, tal concepção estabelece a hegemonia em termos de preponderância de um Estado, equacionando hegemonia com uma dominação ancorada em uma distribuição desigual de capacidades militares e econômicas. Uma interpretação do final dos anos 1970 baseada em tais visões sugeriria que o poderio militar e econômico dos Estados Unidos diminuía, portanto pressupondo seu declínio. (MAIA, 2018, p.10).

Tal análise recebeu muitas críticas teóricas e muitos apontamentos de inconsistências teóricas. Fiori (2005), aponta que as crises sistêmicas são causadas por fatores internos aos países hegemônicos e não por um comportamento externo, e contesta que apesar de o mundo ter vivido sob liderança de uma só potência no pós-Guerra Fria o mundo viveu neste mesmo período uma conjuntura de instabilidade sistêmica. A despeito das críticas, a teoria deu origem a um amplo debate que envolvia autores de diferentes matizes.

A visão liberal, representada, nesse trabalho por Keohane³² e Nye, se diferencia da visão realista porque para esses autores o Estado é hegemônico quando é forte o suficiente para garantir os regimes internacionais. Em outras palavras, para manter os princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão no âmbito internacional. Keohane (1984, p. 31) aponta duas principais proposições na teoria da estabilidade hegemônica: i) "que a ordem na política mundial é tipicamente criada por um único poder dominante"; ii) a "manutenção da ordem requer uma contínua hegemonia". Esses autores defendiam que os regimes supranacionais

³² Robert Owen Keohane (1941) é um cientista político estadunidense, teórico e educador de Relações Internacionais. Tornou-se conhecido pelo estudo do Institucionalismo Neoliberal, uma abordagem que, contrariando a vertente realista, foca no uso das instituições internacionais pelos Estados para alcançarem seus interesses nacionais por meio da cooperação. Esse seria o caminho para alcançar objetivos com maior facilidade e de forma pacífica. Essa teoria foi desenvolvida em conjunto com o também cientista político norte-americano Joseph Samuel Nye Jr (1937).

seriam capazes de ordenar e pacificar o mundo, de maneira que, existisse uma potência hegemônica que articularia essa paz mundial.

Kindleberger e Gilpin defendiam que o bom funcionamento da economia mundial era uma condição indispensável à preservação da paz entre os povos. Keohane e Nye centraram seus esforços no desafio da estabilização da paz entre as nações a partir de uma governança global. Seguindo por caminhos diferentes chegaram a uma mesma conclusão: a necessidade de uma potência, um superestado, como condição indispensável para ordenar e estabilizar a paz mundial. No entanto, apesar desse grande consenso teórico de que o *hegemon* é o único capaz de promover a estabilidade no sistema, o que aconteceu no mundo depois de 1991 refutou na prática, e de forma indiscutível, todas essas hipóteses realistas e liberais.

Do lado dos radicais, Giovanni Arrighi³³ (2008) e Immanuel Wallerstein³⁴ (2002) compartilham a ideia de que a crise de hegemonia dos EUA é uma crise terminal, que estamos diante da derrocada norte-americana. Essa crise americana, segundo esses dois autores, teria começado nos anos 1970, teve um momento de revés com o fim da Guerra Fria, porém voltou com força no início do século XXI, tendo como marco os atentados de 11 de setembro. Os autores apontam a necessidade de um *hegemon* que exerça sua capacidade ordenadora para que o sistema não entre em colapso. Para esses autores, ciclos hegemônicos caracterizam toda a história do sistema mundial que se origina na Europa no século XVI. Exerceram tal papel a Holanda, no século XVII, a Grã-Bretanha, no século XIX, e os EUA, no século XX.

Neste sentido, Arrighi entende que haverá apenas uma troca de poder, ou seja, outro país passará a exercer a hegemonia no contexto internacional.

O conceito de 'hegemonia mundial' [...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar

³³ O economista e político italiano marxista Giovanni Arrighi (1937–2009) defendia que o conceito de hegemonia mundial se refere à capacidade de um Estado de liderar mais do que dominar o sistema político e econômico mundial. Segundo ele, uma sucessão de ciclos de acumulação econômica, liderados por uma sucessão de potências hegemônicas, mantiveram a ordem política e o funcionamento da economia mundial, graças à capacidade crescente desses países de projetar seu poder sobre um espaço cada vez mais global: Holanda no século XVII, Grã-Bretanha no século XIX e Estados Unidos no século XX.

³⁴ Immanuel Maurice Wallerstein (1930-2019) foi um sociólogo nascido nos Estados Unidos que se tornou conhecido por sua contribuição para a formação da teoria do sistema-mundo, desenvolvida em conjunto com Giovanni Arrighi e Samir Amin. O "sistema-mundo" baseia-se na divisão inter-regional e transnacional do trabalho e resulta na divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos. Os países centrais concentram a produção altamente especializada e capital-intensiva, enquanto o resto do mundo se dedica à produção trabalho-intensiva e não especializada e à extração de matérias-primas. Essa ordem econômica internacional é a responsável pela dominância dos países centrais e pelo subdesenvolvimento dos países do Hemisfério Sul.

apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema. (ARRIGHI, 1994, p. 27).

Para Wallerstein, a Conferência de Yalta definiu os rumos da geopolítica mundial no século XX, com a repartição das zonas de influência entre o Oeste (Estados Unidos) e o Leste (União Soviética). Entender o que aconteceu nessa reunião e, posteriormente, na de Postdam³⁵, é essencial para a compreensão do mundo pós-guerra. As diretrizes acordadas pelos participantes determinaram boa parte da ordem durante a Guerra Fria, precisando as zonas de influência e ação dos blocos antagônicos, capitalista e socialista. Contudo, em 1991, após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o ambiente internacional entrou em um período de transição, abandonando esses preceitos.

Há cinquenta anos, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo baseava-se em uma combinação de eficiência produtiva que superava de longe a de qualquer rival, uma agenda de política mundial que era calorosamente apoiada por seus aliados na Europa e na Ásia, e uma superioridade militar. Hoje, a eficiência produtiva das empresas norte-americanas enfrenta forte competição, principalmente por parte das empresas dos seus aliados mais próximos. A agenda política mundial dos Estados Unidos já não é tão calorosamente apoiada e, muitas vezes, é claramente contestada, mesmo por seus aliados, especialmente depois do desaparecimento da União Soviética. O que resta, no momento, é sua superioridade militar. (WALLERSTEIN, 2004, p. 211).

Segundo Wallerstein, o declínio da hegemonia americana está associado ao fim do sistema capitalista e essa crise americana marcaria o fim do Sistema Mundo como conhecemos hoje. Por outro lado, Arrighi defende que o sistema capitalista irá se manter sob as rédeas de um novo *hegemon*.

Os moderados Jose Luís Fiori *et al.* e Fareed Zakaria (2008) apresentam outra leitura da crise vivida pelos EUA. Fiori argumenta que a crise não significa o declínio americano, ao contrário, servirá para reafirmar seu domínio, sua hegemonia. Zakaria acredita que os EUA terão como desafio enfrentar a ascensão de grandes potências mundiais em um mundo no qual exercem a hegemonia.

A trajetória do poder americano no século XX culminou numa posição de

³⁵ A Declaração de Potsdam ou a Proclamação Definindo os Termos da Rendição Japonesa foi o resultado da Conferência de Postdam, exigiu a rendição das forças armadas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 26 de julho de 1945, o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, o primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill e o presidente da China, Chiang Kai-shek, emitiram o ultimato, que afirmava que, se o Japão não se rendesse, enfrentaria "destruição imediata e total".

hegemon, que é consenso na academia. Esta dissertação não tem como objetivo esgotar o debate, mas sim, apresentar como a política externa de poder, dominação e hegemonia americana foi construída no pós-Segunda Guerra Mundial. Essa estratégia sofreu um profundo impacto com os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas, em 2001, e com a crise do sistema financeiro, em 2008. Esses dois marcos aprofundaram as contradições internas e externas, radicalizaram as crises já existentes, com desdobramentos que perduram até os dias atuais, tendo causado impacto na lógica de estruturação do poder hegemônico e alterado radicalmente a condução da Grande Estratégia Americana no último período.

Não existe consenso na literatura em relação à definição do conceito de Grande Estratégia. Nesta dissertação, iremos utilizar o conceito apresentado por Brands (2014). O autor define grande estratégia como um conjunto de ideias que dão forma e estrutura à política externa de um país. A construção dessa arquitetura de longo prazo exige um entendimento da conjuntura internacional para definição dos principais interesses e a identificação de suas principais ameaças.

Para adensar informações que justifiquem a análise geopolítica dos Estados Unidos é preciso examinar as grandes estratégias americanas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Apesar de ainda não existir o conceito e a formalização em lei da Grande Estratégia dos Estados Unidos da América (EUA), o centro da geopolítica mundial vem concebendo arquétipos estratégicos supranacionais e moldando o território internacional. Também é importante diferenciar estratégia de tática. A estratégia tem um caráter sistêmico de longo prazo e a tática, um caráter de curto prazo, ou seja, são utilizadas diferentes táticas para se alcançar a estratégia. De acordo com a classificação que está sendo adotada nesta dissertação, a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento. A estratégia, a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra. (CLAUSEWITZ, Livro dois, p. 139).

As Estratégias Nacionais de Segurança que orientam as ações de Estado dos EUA e a continuidade de sua política internacional são influenciadas pelas concepções de Kissinger e de Brzezinski que, por sua vez, são influenciados pela geopolítica clássica de Makinder e Spykman. Padula (2018, p. 32) aponta que:

[...] há uma conexão entre o pensamento geopolítico clássico anglo-saxão (Mahan, Mackinder e Spykman), as formulações geoestratégicas de Brzezinski e Kissinger durante a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria, e os documentos estratégicos dos EUA nesse último período até o governo Barack Obama (1991-2016).

Isso quer dizer que no arcabouço teórico da Estratégia Americana está o

entendimento de que a Eurásia é o continente basilar para o equilíbrio e os rumos da política de poder global. Outro aspecto importante é o entendimento de que os objetivos estratégicos estão acima de discussões sobre custos econômicos e limites orçamentários. Da mesma forma que existe um consenso de que os Estados Unidos alcançaram uma hegemonia hemisférica, existe um entendimento de que as relações fundamentais para a geoestratégia dos EUA estão no eixo Leste-Oeste, entre os países do Hemisfério Norte.

A Grande Estratégia Americana passa a ser um documento previsto na lei *Goldwater*³⁶ – *Nichils Department of Defense Reorganization Act*³⁷ (1986), a chamada *National Security Strategy (NSS)*, que deve ser apresentada anualmente pela Casa Branca para o Congresso Americano. A NSS deve tratar dos temas: interesses, metas e objetivos de alcance mundial vitais para a segurança dos EUA, da capacidade de defesa nacional, da política externa, da utilização da capacidade instalada no âmbito político, econômico e militar para promover seus interesses e alcançar os objetivos e metas apresentados e da adequação das capacidades para atender à estratégia apresentada. Esse documento, que poderia ser apresentado sob algum grau de sigilo, mas tem sido mostrado abertamente, torna pública a grande estratégia geopolítica dos Estados Unidos, partilhando com o mundo suas metas, interesses e objetivos em escala internacional.

A legislação que deu origem à Lei Goldwater faz referência à Lei de Segurança Nacional de 1947, que aquela época já determina que o presidente deve enviar anualmente ao Congresso Nacional Americano um relatório da Estratégia de Segurança Nacional. Porém, constitui um documento mais completo e complexo. Neste trabalho, serão analisadas as *National Security Strategy (NSS)* do governo de Bill Clinton (1993-2000), George W. Bush (2001-2008), Barack Obama (2009-2016) e Donald Trump (2017-2020).

³⁶ A Lei Goldwater-Nichols, assinada em 4 de outubro de 1986, pelo então presidente Ronald Reagan, foi responsável pelas maiores mudanças no Departamento de Defesa Americano desde a sua criação. A lei reformulou a estrutura do Departamento de Defesa Americano, com objetivo de fortalecer sua autoridade diante a sociedade, de aprimorar o assessoramento militar ao presidente, ao secretário de Defesa e ao Conselho de Segurança Nacional. Essa lei simplificou a cadeia de comando. Aos chefes consultivos ficou a responsabilidade de treinar e equipar os recursos humanos. Já aos comandantes (generais ou almirantes de 4 estrelas), ficou a responsabilidade da formulação estratégica.

³⁷ USA. U.S. Senate. *The National Security Act of 1947*. Disponível em: <https://www.dni.gov/index.php/ic-legal-reference-book/national-security-act-of-1947> Acesso em: 06 jan 2022.

3.2 Liderança da globalização neoliberal

Durante a prevalência do mundo europeu, os EUA estavam praticando o isolacionismo geopolítico, ou seja, aplicando a chamada Estratégia do *America First*³⁸. Isto significa dizer que, na época da prevalência do mundo europeu, os Estados Unidos ainda não tinham formado suas estruturas hegemônicas de poder global, na medida em que executavam o protecionismo comercial com o intuito de fortalecer sua indústria nacional, sem nenhuma pretensão de moldar a ordem mundial, até então controlada pelas potências da Europa.

A maioria dos presidentes americanos seguintes manteve em mente o conselho dado por George Washington em seu discurso de despedida, em 1796, de não se envolver em “antipatias inveteradas contra nações particulares nem em apegos apaixonados a outras”, e de “manter-se distante de alianças permanentes com qualquer porção do mundo externo [...] Com exceção de uma entrada tardia – embora decisiva – na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos do século XX conseguiram, em geral, evitar complicações e alianças até 1941. (MARSHALL, T., 2018, p. 93).

Os EUA se mantinham focados em sua política e desenvolvimento interno, num contexto em que a Grã-Bretanha exercia controle no mundo Ocidental. No entanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA abandonam a Estratégia do *America First* e passam a dividir geopoliticamente o mundo com a União Soviética, dentro do contexto da Guerra Fria. Essa mudança de estratégia americana está vinculada à oportunidade resultante da devastação da Europa ocorrida na Segunda Guerra Mundial. Os americanos colocaram em prática o que aprenderam um século antes com os britânicos, franceses e espanhóis. Conquistaram bases navais avançadas em todo o mundo, se instalaram fisicamente em território europeu e apoiaram territórios africanos que lutavam por independência.

No outono de 1940 os britânicos precisavam desesperadamente de mais navios de guerra. Os americanos tinham cinquenta sobressalentes, e assim, com o que se chamou “Acordo dos Contratorpedeiros em Troca de Bases”, os britânicos permutaram sua capacidade de ser uma potência global por ajuda para continuar na guerra. Quase todas as bases navais britânicas no hemisfério ocidental foram entregues. MARSHALL, T., 2018, p. 94).

³⁸ O termo refere-se a uma política externa nos Estados Unidos que enfatiza o nacionalismo americano, o nacionalismo econômico e o unilateralismo, com a rejeição de políticas internacionalistas. Embora a expressão tenha surgido pela primeira vez no século XX, as raízes das políticas *America First* podem ser atribuídas a Thomas Jefferson, na resistência ao embarque forçado dos americanos para servir em navios de guerra estrangeiros. A abordagem isolacionista novamente ganhou destaque no período entre guerras (1918–1939) e foi defendida pelo *America First Committee*, um grupo de pressão não intervencionista contra a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Foi também a política oficial da administração do presidente Donald Trump.

É no contexto pós-1945 que surge a ideia daquilo que Alves Pereira (2007, p. 22) denominou de condomínio imperial sobre o mundo, agora dividido em dois grandes blocos ideológicos. Nesse momento histórico os EUA passam a interferir fortemente nas relações internacionais adotando uma postura “hegemonista”, disputando espaços geopolíticos e realizando a confrontação ideológica com a União Soviética, também vencedora da Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial mudou tudo. Os Estados Unidos foram atacados por um Japão cada vez mais militarizado depois que Washington impôs a Tóquio sanções econômicas que teriam subjogado o país. Os americanos se defenderam fortemente. Eles projetaram seu vasto poder em torno do mundo, e, para que as coisas continuassem assim, dessa vez não voltaram para casa. Como a maior potência econômica e militar do mundo no pós-guerra, os Estados Unidos precisavam agora controlar as rotas marítimas mundiais para manter a paz e levar seus produtos ao mercado. Eles eram o “último homem de pé”. Os europeus tinham se exaurido, e suas economias, assim como suas vilas e cidades, estavam em ruínas. Os japoneses estavam esmagados, os chineses devastados, em guerra entre si, os russos não estavam sequer no jogo capitalista. (MARSHALL, T. 2018, p. 94).

A Conferência de Yalta e a Declaração de Potsdam são essenciais para a compreensão do mundo pós-guerra. As diretrizes afirmadas nesta reunião e a declaração publicada em 26 de julho de 1945 por Harry S. Truman³⁹, Winston Churchill⁴⁰ e Chiang Kai-Shek⁴¹ determinaram boa parte da ordem mundial no pós-guerra, porque estabeleceram as zonas de influência e ação dos blocos antagônicos, capitalista e socialista durante a Guerra Fria. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, EUA e URSS saíram como as duas grandes potências mundiais, e essa situação contribuiu para o surgimento de um cenário de polarização. Harry S. Truman, então presidente dos Estados Unidos, construiu um discurso maniqueísta de que o mundo estaria dividido entre dois sistemas: os governos livres democráticos e os

³⁹ A presidência de Harry S Truman (1884–1972), o 33º presidente dos Estados Unidos, foi um ponto de virada nas relações exteriores, com os Estados Unidos apoiando uma política internacionalista junto a seus aliados europeus. Em seu governo, foi estabelecida a Doutrina Truman, que designa um conjunto de práticas do governo dos Estados Unidos em escala mundial, à época da chamada Guerra Fria, para conter o avanço do comunismo junto aos chamados “elos frágeis” do sistema capitalista.

⁴⁰ Winston Leonard Spencer-Churchill (1874 – 1965) foi um político conservador britânico, famoso principalmente por sua atuação como primeiro-ministro do Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. Um dos nomes mais significativos da história do Reino Unido e uma das figuras mais importantes do século XX, visto como um líder extremamente inteligente no mundo ocidental, fundamental no combate ao fascismo europeu, é considerado o responsável pela vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

⁴¹ Chiang Kai-shek – (1887–1975) foi um político e militar chinês que presidiu a República da China, de forma intermitente, de 1928 e 1949, e depois também presidiu Taiwan, de 1950 a 1975. É considerado uma figura controversa. Seus apoiadores lhe creditam um grande papel durante a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e por ter unificado a nação, sendo também um símbolo nacional e uma figura importante na resistência contra os japoneses, os soviéticos e os comunistas. Já os críticos o denunciam como um ditador que reprimiu e expurgou seus opositores a todo custo, com prisões arbitrárias, torturas e assassinatos.

totalitários comunistas.

A fim de garantir o desenvolvimento pacífico das nações, sem exercer pressão, os Estados Unidos assumiram a maior parte na criação das Nações Unidas. Mas só concretizaremos nossas metas se estivermos dispostos a ajudar povos soberanos na manutenção de suas instituições livres e de sua integridade nacional contra imposições de regimes autoritários. ESTADOS UNIDOS. Presidente (1945-1953: Harry S. Truman). Discurso no Congresso Americano. Washington, 12 de março de 1947).

Essa concepção não só foi a responsável por polarizar a relação entre EUA e URSS, mas principalmente, inaugurou a disputa mundial entre as duas superpotências. É o advento da Doutrina Truman que permite maior visibilidade estratégica ao projeto norte-americano de afirmação hegemônica, uma vez que os Estados Unidos da América começam a combater diretamente o avanço comunista em escala global. Eis aqui, portanto, a razão pela qual alguns analistas apontam a Doutrina Truman como ponto de inflexão do poderio hegemônico estadunidense. Com efeito, antes de 1947, nem a URSS era expansionista, nem os EUA tinham se desvencilhado totalmente dos últimos resquícios de sua política internacional isolacionista que vigorou entre as duas grandes guerras (GÓES; MASSERA, 2015, p. 33).

Nesse contexto, o diplomata George Kennan idealiza a estratégia geopolítica que tem em suas bases a influência das teorias de Spykman (2020). O diplomata elaborou a Estratégia da Contenção às pretensões imperialistas da URSS de Stalin⁴², na qual afirmava, por meio de um longo telegrama enviado em 1946 para o secretário de Estado dos EUA, James Byrnes, que era necessária “uma política paciente, firme e vigilante de contenção às tendências de um eventual expansionismo soviético” (KENNAN, 1946).

Em meados de 1948, Kennan realizou uma nova avaliação da URSS e chegou à conclusão de que o *status* soviético no cenário internacional havia mudado e que a União Soviética não representava mais o mesmo risco para a democracia. A leitura feita por Kennan, era de que o Partido Comunista se mantinha no poder às custas de um enorme esforço de repressão e que as dificuldades econômicas na reconstrução

⁴² Josef Vissarionovich Stalin (1878–1953) foi um revolucionário comunista e político soviético de origem georgiana. Governou a União Soviética (URSS) de meados da década de 1920 até sua morte, como Secretário Geral do Partido Comunista, de 1922 a 1952, e como primeiro-ministro, de 1941 a 1953. Desde o fim da URSS, manteve popularidade na Rússia e na Geórgia como um líder defensor do socialismo e da classe trabalhadora, vitorioso em tempos de guerra, que estabeleceu a União Soviética como uma grande potência mundial. Mas os críticos o acusam de totalitarismo, repressões em massa, limpeza étnica, deportações, centenas de milhares de execuções e dois períodos de fome que causaram a morte de milhões de pessoas.

dos países comunistas, devastados pela guerra, contrapunham-se aos resultados positivos obtidos nos países do Ocidente que foram beneficiados pelo Plano Marshall, promovido pelos EUA. Para Kennan, a estratégia de não cooperação da URSS era interpretada como um artifício para justificar a extensão de seu poder sobre os soviéticos. Kennan conseguiu demonstrar que a grande ameaça soviética aos EUA não era propriamente o poderio militar russo, mas sua estratégia de expansão dentro do condomínio de poder global. Daí a ideia da força da contenção, sem confrontação militar direta.

Visto que era importante, na minha opinião, que a ameaça soviética fosse reconhecida pelo que era principalmente uma ameaça política e não uma ameaça de ataque militar – parecia lamentável que o quadro do que era necessário na Grécia fosse confundido por associação com algo que não era necessário – ou se necessário para um propósito totalmente diferente. (KENNAN, 1992, p. 207, tradução livre).⁴³

Diante desta nova análise, Kennan informou aos seus superiores no Departamento de Estado que as negociações diplomáticas com Moscou deveriam ser retomadas e que as estratégias políticas e econômicas deveriam ter prioridade sobre as ações militares porque se mostravam mais eficazes. Desta vez, as recomendações de Kennan não tiveram repercussão no departamento.

Os soviéticos que, a princípio, tinham interesse apenas em garantir o controle sobre sua zona de influência, acabaram incorporando o discurso maniqueísta, marcando a polarização que perdurou por toda a Guerra Fria. Em 1947, o presidente Truman assinou a Lei de Segurança Nacional, criando um Departamento de Defesa unificado, a Agência Central de Inteligência (CIA) e o Conselho de Segurança Nacional (NSC). Essas seriam as principais agentes da burocracia da política dos EUA na Guerra Fria. Foi nessa conjuntura que os Estados Unidos criaram organismos financeiros internacionais com o objetivo de aumentar a sua dominação.

A estratégia geopolítica elaborada por George Kennan defendia que os Estados Unidos deveriam criar uma política paciente, firme e vigilante de contenção às tendências de um eventual expansionismo soviético. Kennan acreditava que cabia aos EUA assumir a contenção de forma solitária e unilateral, sem que isso afetasse a estabilidade econômica ou a política interna norte-americana. Ele enfatizava que, se os EUA fossem bem-sucedidos em conter a pressão soviética sobre as instituições de

⁴³*Since it was important, in my view, that the Soviet threat be recognized for what it was – primarily a political one and not a threat of military attack - it seemed unfortunate that the picture of what was needed in Greece should be confused by association with something that was not needed – or, if needed, was needed for entirely different purpose.* (KENNAN, 1992, p. 207).

domínio americano em regiões geopolíticas estratégicas, a pressão sobre o Partido Soviético seria tão forte que resultaria “ou no desmoronamento, ou na gradual dissolução de seu poder.” (KENNAN, 1947, p.575-576).

Do ponto de vista da segurança nacional, a ideia apresentada por Kennan de que a Eurásia seria o continente basilar na disputa de poder global se desdobrou na política externa de alianças e acordos internacionais, como o Tratado de Aliança do Atlântico Norte (OTAN). Também houve diversos acordos de segurança bilaterais nessa região, como, por exemplo, com a China, após a Revolução Comunista de 1949, e com a Coreia, em 1950.

Embora não desenvolva suas reflexões fundamentadas em fatores geográficos, mas em termos de balanço de poder, Kissinger (1994), em *Diplomacia*, destaca a importância da estratégia estadunidense para a Eurásia como um elemento basilar para sua supremacia e rivalidade diante da URSS. (PADULA, 2018, p.36).

Com rigor, o ciclo hegemônico norte-americano (*Pax Americana*) começa com o Sistema Bretton Woods, que tinha por objetivo realizar um gerenciamento econômico internacional. Assim, em julho de 1944, foram estabelecidas regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo.

Nas conferências de Bretton Woods, em 1945, surgiram o Banco Mundial, a partir da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Desde a fundação até hoje, a presidência do Banco Mundial e do FMI é dividida entre a Europa e os Estados Unidos. Sendo o Banco Mundial presidido por um norte-americano, enquanto o FMI é presidido por um europeu, o que também mostra que as negociações foram dominadas pelos Estados Unidos e Reino Unido. Estão aqui muito bem caracterizados os dois primeiros grandes pilares de sustentabilidade do ciclo hegemônico americano, quais sejam, o Banco Mundial e o FMI. A missão inicial do Banco Mundial era financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Com o tempo, a missão evoluiu para a de financiamento do desenvolvimento dos países mais pobres e de auxílio financeiro mundial.

Foi só depois da consolidação definitiva desse poder global dos Estados Unidos que se estabilizou o novo sistema monetário internacional “dólar-ouro” e se acelerou o processo de internacionalização produtiva do capital, liderado pelas grandes corporações multinacionais norte-americanas. Mas esse processo de expansão do poder dos Estados Unidos não parou com a vitória do poder global dos EUA, acelerou-se a globalização financeira, e a moeda norte-americana se transformou na primeira moeda internacional sem referência metálica, sustentada apenas pelo poder dos Estados Unidos

e pela “credibilidade de seus títulos da dívida pública. (FIORI, 2015, p. 101).

Ainda para esse debate, contribuíram os acadêmicos Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger. Ambos formularam visões estratégicas e propuseram ações para o alto comando americano, mantendo o foco geopolítico na Eurásia em convergência com a Teoria das Fímbrias de Spykman. A proteção do Rimland impediria que o Heartland se expandisse para a *Ilha Mundo* e conseqüentemente para o Crescente Exterior. Foi a partir dessa visão estratégica que aconteceram as conferências de Bretton Woods (1944), dando origem a um acordo considerado como a base do globalismo; a Doutrina Truman (1947), com objetivo de impedir a expansão do socialismo; o Plano Marshall (1948), para apoiar a reconstrução das regiões devastadas pela guerra; e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (1949), como uma aliança militar ocidental de defesa. Esses quatro pilares somados à adoção de ações de apoio militar em conflitos regionais, a medidas de fortalecimento do capitalismo e à contenção do avanço do comunismo marcaram o início do que chamamos de ***Pax Americana***.

3.3A centralidade do dólar e o controle do sistema financeiro monetário de alcance global

O Sistema Bretton Woods foi o primeiro grande exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, que tinha como objetivo governar as relações monetárias entre Estados-Nações independentes. Essa nova ordem, que pode ser entendida também como um sistema de gerenciamento econômico, baseado em taxas de câmbio fixas, porém reajustáveis, reconhecia a centralidade no dólar na medida em que o estabeleceu como parâmetro para definição do valor das demais moedas.

A proposta aprovada em Bretton Woods foi a de um sistema no qual as moedas-chave seriam teoricamente o ouro, o dólar e a libra (embora a libra tivesse um papel secundário dado o alto grau de endividamento externo em ouro e dólares da Inglaterra). (SERRANO, 2004, p.5).

No padrão ouro-dólar, o preço oficial do ouro em dólar é mantido fixo, e o dólar substitui a libra como a moeda-chave nas transações internacionais. Todas as moedas passam a ter seu valor estabelecido em relação ao dólar que, por sua vez, passaria a ser fixado em relação ao ouro na conversão de 35 dólares por onça *troy*, sendo garantida a conversibilidade pelo governo dos Estados Unidos. (MAIA, 2018, p.16). Nos primeiros anos do Sistema Bretton Woods, os EUA apresentam saldo comercial e em conta corrente positivo. Entretanto, a Guerra Fria exigiu um gasto via empréstimos e investimentos externos diretos que levou os EUA a apresentar déficits na balança de pagamentos.

Ao longo do tempo, com a reconstrução dos demais países capitalistas centrais (incentivada e financiada pelos próprios americanos), os saldos comerciais e de conta corrente dos EUA são reduzidos continuamente até se tornarem negativos em 1971. Ao longo da década de 1960 vai ficando claro para o governo americano que um realinhamento cambial se torna necessário para desacelerar o declínio relativo da competitividade dos EUA. (MEDEIROS, SERRANO, 1999, p. 3).

O regime de câmbios fixos se desgastou ao longo da década de 1960 e, na década de 1970, com a reconstrução dos países centrais, os EUA apresentam crescentes *déficits* na balança de pagamentos. Esses *déficits* constantes implicariam perda da reserva de ouro e a conseqüente perda de competitividade do dólar frente a moedas de outros países. Medeiros e Serrano (1999) pontuam que a desvalorização do dólar via aumento do preço do dólar em ouro poderia, no limite, reestabelecer restrição na balança de pagamentos americana. Ao mesmo tempo, o regime de câmbio fixo impedia que os EUA utilizassem o expediente da variação cambial para

aumentar sua competitividade, conforme apontado por Maia (2018).

Diante dessa situação, os EUA tentaram realizar ajustes coordenados nos câmbios dos países centrais de maneira que eles reduzissem o preço do ouro em suas respectivas moedas. Tal proposta não teve adesão porque os países centrais viram nessa conjuntura a oportunidade de ampliar sua relevância no cenário financeiro internacional. Os Estados Unidos, então, abandonam unilateralmente o sistema e forçam para que os demais países façam o mesmo.

A *Pax Americana* fica ainda mais fortalecida, na década de 1970, quando os Estados Unidos rompem unilateralmente com o padrão-ouro, que existia desde 1944, por meio do choque de Volcker⁴⁴. Nesse momento, os EUA reorganizam a dinâmica de poder hegemônico no sistema internacional. O dólar se torna a moeda fiduciária, ganha liberdade e flexibilidade, aumenta seu alcance e influência. O poder monopolista de emitir a moeda internacional vincula o lastro em sua capacidade econômica e técnica, permitindo que os Estados Unidos instrumentalizem os diversos mecanismos monetários, financeiros, de crédito e liquidez em favor de sua projeção hegemônica.

Na década de 90 é possível avaliar o funcionamento do novo sistema monetário financeiro mundial com maior nitidez. Desenvolvido a partir de políticas e reformas liberais esse sistema levou à desregulamentação e integração dos mercados e à livre circulação internacional do capital. Para além da crise de 2008, que será analisada no capítulo 4, vale a pena trazer um aspecto do sistema financeiro internacional que está em disputa com a atual crise entre os Estados Unidos, a Rússia e a Ucrânia. A guerra entre a Rússia e a Ucrânia acarretou sanções econômicas e financeiras para a Rússia, dentre elas a desconexão do Sistema Bancário da Rússia do Sistema de Pagamento Internacional - SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*) criado nos anos 70. Este sistema de pagamentos composto por mais de 11 mil instituições financeiras, em mais de 200 países, estabelece um canal de comunicação global para transações internacionais que, em sua maioria são realizadas em dólar. O SWIFT simboliza a hegemonia da moeda americana como referência no sistema financeiro internacional.

A sanção de acesso da Rússia ao SWIFT foi efetiva. O maior banco da Rússia

⁴⁴ Após o choque do petróleo, em 1979, Volcker, presidente do Banco Central americano, elevou drasticamente a taxa de juros, o que levou países latino-americanos à crise da dívida e à consequente moratória.

se viu obrigado a encerrar suas operações na Europa depois de uma desvalorização de 95% do valor de suas ações na *London Stock Exchange*⁴⁵ e de a moeda russa apresentar sua maior desvalorização histórica, chegando a cair 30% frente ao dólar. As consequências das sanções econômicas e financeiras às quais a Rússia foi submetida ainda são imprevisíveis, porém é importante ressaltar a tendência de ingresso do sistema financeiro Russo no China's International Payments System (CIPS), criado em 2015 pela China com objetivo de estabelecer uma plataforma alternativa ao sistema de pagamento ocidental. Uma valorização do CIPS, articulada com a atuação do Banco Asiático, pode levar a uma projeção mundial do projeto One Belt, One Road (OBOR), que é apresentado com mais detalhes no capítulo 4, e à expansão da China em direção a *Ilha Mundo*. Com efeito, a eclosão da Guerra na Ucrânia expôs o principal eixo da geopolítica mundial e da globalização liberal.

3.4 National Security Strategy de Clinton e o apogeu da *Pax Americana*

William Jefferson Bill Clinton foi presidente dos Estados Unidos da América no período de 1993 a 2001. Em seus dois mandatos, produziu sete Grandes Estratégias Nacionais⁴⁶. Essa variedade está relacionada, em grande parte, à própria conjuntura internacional que marcou o Fim da Guerra Fria.

No que tange ao debate geoestratégico, Brzezinski e Kissinger seguiram apontando o equilíbrio de poder novo e estável na Eurásia como questão estratégica a ser perseguida pelos EUA. “de longe, o continente mais importante do mundo” (BRZEZINSKI, 2012a, p.130). No entanto, os dois autores discordam em suas visões sobre as relações dos Estados Unidos com a China e com a Rússia, como será apresentado a seguir.

Para Brzezinski, a dinâmica geopolítica impõe a necessidade de uma política externa estratégica para a Eurásia. Isso se justifica por razões materiais, geográficas e de balanço de poder. Padula resume o momento político dos países da Eurásia e seu entorno geográfico:

A Europa está menos unida e mais fraca (se tornou uma extensão do Ocidente, sem visão estratégica e dependente militarmente dos EUA), enquanto Turquia e Rússia ficaram à margem da comunidade ocidental, e, no Oriente, a China tem crescido em termos econômicos, políticos e militares,

⁴⁵ London Stock é a bolsa de valores e Londres, é a principal bolsa do Reino Unido e a segunda maior da Europa, foi criada em 1801.

⁴⁶ Nos seguintes anos: 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000.

criando rivalidades reais e potenciais. (PADULA, 2018, p.37).

A partir da conjugação entre tática e estratégia, os EUA deveriam manter sua posição de primazia⁴⁷. O autor defendia que os EUA atuassem como protagonista no conceito que chama de *Larger West* (Ocidente Ampliado), a partir da promoção de uma democratização ocidental na Turquia⁴⁸ e na Rússia. Outra região apontada por Brzezinski como importante para influência norte-americana é a região Ásia-Pacífico, na qual seria importante que os EUA promovessem o equilíbrio regional, evitando a potencial eclosão de um conflito regional entre Japão, China e Índia.

Primeiro, o triângulo China-Índia-Paquistão, que envolve a primazia na Ásia entre os dois primeiros, numa relação inerentemente competitiva e antagônica, tendo o terceiro como ponto regional de contenção. Nesse caso, o papel dos EUA deve ser cauteloso e prudente, especialmente na aliança com a Índia, evitando envolvimento militar, para não despertar ou legitimar uma hostilidade nacionalista chinesa, que inclusive interessaria à Rússia. A conveniência de tal postura já não ficaria clara no segundo triângulo, China-Japão-Coreia do Sul, no Sudeste da Ásia, por envolver a questão da primazia da China frente à posição dos EUA no Pacífico. De qualquer forma, um Japão fortalecido e ativo traria uma contribuição importante para a estabilidade global. (PADULA, 2018, p.39).

Tomadas essas providências, de acordo com Brzezinski, os EUA estariam criando uma zona de cooperação democrática que se estenderia da América do Norte até a Eurásia, passando pela Europa e seguindo em direção ao Japão e Coreia do Sul. “A Era Clinton, a utopia da globalização como um sonho de um mundo sem fronteiras nem guerras e de uma sociedade civil mundial, governada por uma democracia cosmopolita” (FIORI, 2005, p. 126).

Kissinger, em seu livro *Ordem mundial*, assim como Brzezinski, aponta a necessidade de uma estratégia geopolítica à altura dos novos desafios, bem como de um exercício de diplomacia que tenha como objetivo a manutenção da supremacia americana. Ele argumenta que a Europa é uma região estratégica: “separados da Europa no plano da política, da economia e da defesa, os Estados Unidos, em termos geopolíticos, se tornariam uma ilha ao largo da Eurásia, e a própria Europa poderia

⁴⁷ Os Estados buscam a primazia para manter a sua segurança, promover seus interesses e conformar o ambiente internacional de forma a refletir os interesses e valores deles. Ela é desejável não fundamentalmente para obter vitória em uma guerra, mas para alcançar os objetivos do Estado sem recurso a ela. A primazia é, pois, puma alternativa à guerra (HUNTINGTON, 1993).

⁴⁸ A Turquia se destacaria por sua influência histórica na área do antigo Império Otomano, por atuar como uma ponte de acesso da Europa ao Mar Cáspio e à Ásia Central (via aliança com Geórgia e Azerbaijão), que são áreas disputadas com a Rússia, e por ter sido em parte já incorporada ao Ocidente através da OTAN. A relevância da Rússia se deve à sua posição geográfica central e transcontinental na Eurásia, e por ter em sua orientação geoestratégica a retomada do status de antigo império, que busca influência sobre a Ásia Central e sobre parte da Europa dividida. Assim, nessa tarefa, a liderança dos EUA na OTAN seria imprescindível, assim como trabalhar por uma Europa unida, fomentando a cooperação entre seus atores-chave. (PADULA, 2018, p. 38).

ser um prolongamento das extensões da Ásia e do Oriente Médio” (KISSINGER, 2014, p.99-100).

O autor aponta a necessidade de uma postura de mediação dos EUA nos conflitos entre os países da Ásia. Isso inclui tanto os conflitos na região do Oriente Médio quanto as tensões no Leste Asiático. Para Kissinger, a China é um oponente com potencial de causar um desequilíbrio na balança de poder mundial. Por esse motivo, merece atenção constante dos EUA.

Assim, Brzezinski e Kissinger atribuem importância à atuação permanente dos EUA na Eurásia e na OTAN, embora o primeiro se mostre um legítimo herdeiro da geopolítica clássica, enquanto o segundo baseie mais sua análise em uma política de equilíbrio de poder global. A atuação no Oriente Médio também aparece como importante para ambos: no sentido de garantir o abastecimento dos aliados e negar acesso a rivais potenciais ou revelados, auferindo maior poder de barganha, não importando os custos econômicos de tais ações, que são superados pelos ganhos estratégicos. (PADULA, 2018, p. 40).

A conjuntura política mundial era desafiadora, havia crises de caráter humanitário, principalmente no Leste Europeu e na África. Tais crises exigiram atuação dos EUA na mediação dos conflitos, utilizando tanto o *soft power* como o *hard power*. Foram exemplos da atuação na Crise dos Balcãs (1995)⁴⁹, na Primeira Batalha de Mogadíscio (1993)⁵⁰, na Operação Defender a Democracia no Haiti (1994-1995)⁵¹, e na Guerra do Kosovo (1999)⁵². Esses estados também eram fonte de riquezas naturais e representavam uma grande vantagem econômica para os países que exercessem o domínio de seu território.

É nessa conjuntura que se inaugura a estratégia de “Engajamento e Expansão”⁵³, a NSS de Clinton⁵⁴, que tem como ideia-força o argumento de que o mundo que estava por vir após a Guerra Fria era um mundo de incertezas, e, por isso, precisava da liderança estadunidense. O documento aponta que os esforços devem

⁴⁹ Massacre de mais de 7 mil homens muçulmanos por bósnios sérvios em Srebrenica. Meses depois os EUA patrocinaram o Acordo de Dayton, também conhecido como Protocolo de Paris, que dividiu o Estado em dois: Federação Bósnio-Croata e República da Sérvia. Esse acordo encerrou o conflito entre a Bósnia e Herzegovina, que durou três anos e meio.

⁵⁰ A Batalha de Mogadíscio foi um confronto militar travado entre EUA e milícias somalis na cidade de Mogadíscio, na Somália. Foi o estopim de uma disputa que começou em 1991 com a deposição do ditador da Somália, Siad Barre. Sua saída deixou um vácuo de poder e deu início a uma guerra civil.

⁵¹ Intervenção militar no Haiti com objetivo de controlar o país e tirar do poder o governo militar que havia se instalado em 1991. Essa intervenção foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU.

⁵² O conflito interno entre as forças de segurança sérvias, a Iugoslávia e o Exército de Libertação do Kosovo despertou reação da comunidade internacional que, em 24 de março de 1999, a partir da OTAN, invade a Iugoslávia, dando início à Guerra do Kosovo.

⁵³ *A National Security Strategy of Engagement & Enlargement*. The White House, 1996. Disponível em: www.fas.org/spp/military/docops/national/196stra.htm

⁵⁴ A Estratégia Nacional de Clinton (NSS) estava baseada no *Engagement and Enlargement*.

ser concentrados na resolução de conflitos étnicos, na contenção do terrorismo internacional, dos crimes transnacionais e do tráfico de drogas. A Grande Estratégia Americana de 1994 e 1996 confirma a mudança retórica em relação às ameaças e aponta a abordagem diplomática para resolução dos conflitos. Porém, caso não tivessem sucesso por meio do *soft power*, os EUA exerceriam o uso da força militar. *“Even with the Cold War over, our nation must maintain military forces that are sufficient to deter diverse threats and, when necessary, to fight and win against our adversaries”* (USA, 1994, p ii). As novas circunstâncias também exigiam medidas de cunho econômico, como a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e o início das negociações com os países que fariam parte da Área de livre Comércio das Américas (ALCA) mostram os anseios do governo norte-americano em apresentar uma alternativa sólida ao mundo.

Nenhum país desempenhou papel tão decisivo na formação da ordem mundial contemporânea como os Estados Unidos, nem manifestou tamanha ambivalência a respeito da sua participação nesse processo. Imbuído da convicção de que o curso que tomasse acabaria por moldar o destino da humanidade, os Estados Unidos, ao longo de sua história, têm desempenhado um papel paradoxal na ordem mundial: se expandiu através do continente alegando um Destino Manifesto enquanto negava solenemente quaisquer propósitos imperialistas; exerceu influência fundamental em importantes episódios da história ao mesmo tempo que negava qualquer interesse nacional; e tornou-se uma superpotência enquanto desmentia qualquer intenção de pôr em prática uma política de poder. A política externa americana tem refletido a convicção de que seus princípios domésticos eram claramente universais e de que sua implementação era sempre algo positivo; de que o verdadeiro engajamento americano no exterior não era a política externa no sentido tradicional, mas um projeto de disseminação de valores que, na sua visão, todos os povos aspiravam a reproduzir. (KISSINGER, 2005, p.163).

A busca pelo alcance global levou também à criação do Grupo dos Sete, o G7⁵⁵, formado por sete grandes atores internacionais que mantêm sob seu controle direto a formulação das políticas uníssonas do sistema internacional. Esses mesmos países controlam as organizações internacionais de crédito e comércio (FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio – OMC), portanto, controlam o fluxo do capital financeiro mundial. A composição desses núcleos de decisão e os instrumentos de controle deixam claro que toda a estratégia dos EUA é calcada na tríade envolvendo os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. Com efeito, tal arquétipo de

⁵⁵ O Grupo dos Sete (G7) é composto pelos países mais industrializados no mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França Itália, Japão e Reino Unido.

estruturas hegemônicas da *Pax Americana*, ganhou ainda maior visibilidade com o fim da Guerra Fria.

Com rigor, a concepção de *Pax Americana* é muito mais ampla, é um conceito geopolítico, cujo significado é a imposição de um cenário internacional unipolar com predominância cêntrica norte-americana em todos os campos do poder nacional (político, econômico, militar, cultural e tecnológico). (GÓES, p. 2, 2005).

O fim da Guerra Fria inaugura o processo de globalização neoliberal e marca o nascimento de uma nova ordem mundial. Nesse contexto, a NSS⁵⁶ de Clinton vai aperfeiçoar os mecanismos de controle hegemônico dos Estados Unidos, notadamente a partir da construção de três grandes áreas de integração comercial: ALCA; Mercado Transatlântico (TM) e APEC. Clinton manteve os EUA internacionalistas, expandindo o poder OTAN e contendo a proliferação de armas de destruição em massa. O objetivo de vincular a agenda de combate às novas ameaças a OTAN estava claro na NSS, p.32, 1996, "*Today, NATO plays a crucial role helping to manage ethnic and national conflict in Europe. With U.S. leadership, NATO has provided the muscle behind efforts to bring about a peaceful settlement in the former Yugoslavia*". O governo Clinton foi marcado pela internacionalização, pelo multilateralismo e pela defesa do livre comércio.

Enfim, com base nesta geometria duplamente tridimensional (ALCA-TM-APEC em combinação com FMI-BIRD-OMC), o império estadunidense encontraria o caminho ideal para o triunfo capitalista neoliberal de acordo com a condição pós-moderna da geopolítica global, qual seja: a conquista de mercados e mentes. (...) Observe, com atenção, que os indutores da Estratégia norte-americana seriam os mesmos indutores do fenômeno da globalização da economia e da abertura mundial do comércio. Com isso, fácil é perceber que a NSS de Clinton almejava manter o controle da economia mundial a partir de um processo de globalização capitaneado pelo projeto epistemológico neoliberal. (GOÉS, 2018, p. 214).

No tocante ao terrorismo, a NSS de Clinton aponta a necessidade de uma cooperação multilateral em segurança para se proteger desta ameaça transnacional. As linhas de atuação estavam baseadas nas seguintes premissas: 1) não existe negociação com grupo terrorista; 2) membros de grupos terroristas devem ser tratados como criminosos na forma da lei; e 3) os EUA deve exercer pressão política, diplomática e econômicas sobre os países que patrocinam o terrorismo.

Em meados de 1998, o presidente Clinton, por meio de sua Diretriz Presidencial 62, afirmou que a luta contra o terrorismo internacional, através de bloqueios a ajudas internacionais a países que apoiavam o terrorismo, deveria ser a prioridade. Para ele, esta luta deveria ser constante e

⁵⁶ A NSS de Clinton estava baseada no *Engagement and Enlargement*, cujo eixo estratégico foi a abertura mundial de comércio, patrocinada a partir do projeto epistemológico neoliberal. (GOES, 2015, p.62).

permanente, enquanto os instrumentos para combatê-lo deveriam ser flexíveis e efetivos. O tema do terrorismo passou, dessa forma, a constar de forma permanente nos documentos oficiais e discursos proferidos. Para a Estratégia Nacional de Segurança de 1998⁵⁴, tal diretriz inaugura uma abordagem sistemática no combate ao terrorismo internacional e lança este tema como a grande ameaça do século XXI. (SOUZA, 2010, p.75).

A estratégia americana converge com a teoria realista que apresenta a ideia força de que os Estados Nacionais buscam a executar seus objetivos estratégicos a partir da criação de regimes e organismos internacionais como fontes promotoras de países ávidos por poder. Portanto, é razoável esperar que esses organismos sofram mudanças bruscas em curto espaço de tempo, que sejam utilizados como campo de batalha e no exercício da influência.

O espaço desse novo tipo de império norte-americano não é contínuo nem homogêneo. Seu poder apoia-se no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os Estados nacionais nem a hierarquia do sistema interestatal. (FIORI, 2005, p. 113).

Os desdobramentos geopolíticos, culturais e jurídicos do pós-Guerra Fria resultaram na perspectiva de criação de um só mundo, sem guerras, sem conflitos intercivilizacionais, tal qual vislumbrado por Fukuyama. Impede ainda destacar que, na tese do “fim da história”, Fukuyama não afastava a ideia de que apenas grandes estados, como Rússia e China, teriam capacidade de sustentar ideologias que fizessem frente ao liberalismo ocidental. Os Estados Unidos saem vitoriosos na batalha no âmbito geopolítico, mas também na batalha ideológica, inaugurando dessarte a unipolaridade sistêmica da *Pax Americana*. Muitos autores defendem que o modelo americano de capitalismo liberal parecia ter se tornado o único modelo viável, e que passaria por processo de universalização (FUKUYAMA, 1992).

Ao chegarmos a 1990, o mundo como um todo não nos revelou novos males, mas apresenta uma melhoria sob certos aspectos distintos. A maior das surpresas ocorridas no passado recente foi o colapso totalmente inesperado do comunismo em quase todo o mundo no fim da década de 1980. Porém, essa ocorrência, sem dúvida espantosa, foi apenas uma parte de um padrão de eventos mais amplo que vem se formando desde a Segunda Guerra Mundial. Ditaduras autoritárias de todos os tipos [...] entraram em colapso. [...] os regimes autoritários de todos os tipos vêm sofrendo sérias crises, praticamente em todas as partes do globo. [...] E essa fraqueza, tão maciça e inesperada, sugere que as lições pessimistas sobre história, supostamente ensinadas pelo nosso século, devem ser repensadas desde o começo. (FUKUYAMA, 1992, p. 39).

Fukuyama esclarece que ainda existiriam conflitos no que ele chama de Terceiro Mundo, porém, as motivações ideológicas para a criação de uma sociedade alternativa ao capitalismo tinham chegado ao fim. Essa tese foi amplamente desconstruída, Acharya (2015, p. 4) aponta que “única história que está terminando

rapidamente é a do período relativamente curto de domínio Ocidental na longa marcha da civilização”. Os acontecimentos históricos que aconteceram no século XXI demonstram na prática o equívoco desta teoria que prevê uma prosperidade mundial patrocinada pela democracia liberal.

4 A ORDEM MUNDIAL PÓS-2008

A NSS de Clinton representa o que chamamos de apogeu da política externa praticada pelos EUA durante toda a Guerra Fria. A *Pax Americana* coloca os EUA numa posição de liderança mundial, porém, apesar de sua hegemonia militar, a História nos mostra que não havia precedente para o exercício unilateral das relações internacionais. Os anos seguintes foram difíceis. A liderança global dos Estados Unidos foi colocada em xeque a partir de dois grandes marcos – o atentado terrorista de 11 de setembro as Torres Gêmeas e a Crise Financeira de 2008⁵⁷. Góes (2007, p.4) aponta que “o fim da Guerra Fria criou um contexto mundial, no qual a superioridade militar dos EUA não foi necessariamente seguida pela sua hegemonia econômica e muito menos ainda pelo alinhamento cultural automático ao pensamento ocidental.”.

Samuel Huntington⁵⁸ não tardou a contestar a teoria de unipolaridade sistêmica dentro de uma perspectiva idealista kantiana de cooperação internacional harmônica pela própria natureza destacando que “no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos são culturais, choque de civilizações”.

Na visão de Huntington (1998), pela primeira vez na História, a política mundial será ao mesmo tempo multipolar e multicivilizacional, daí essa ideia de *multipolaridade multicivilizacional*. Com rigor, tal ideia ganha maior visibilidade quando se constata que a globalização liberal não está sendo acompanhada pela universalização dos valores norte-americanos de democracia liberal, mormente nas sociedades não ocidentais, e.g., as civilizações islâmica e asiática. Nesse sentido, o Islã está em expansão demográfica, ao mesmo tempo em que se radicaliza a questão político-religiosa entre os países muçulmanos e seus vizinhos. A perspectiva de nuclearização do Irã assombra o mundo ocidental.

É possível afirmar que o surgimento dessa nova sociedade internacional pós-

⁵⁷ Considerada por muitos economistas como a pior crise econômica desde a Grande Depressão, a Crise Financeira de 2008 ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos. A expansão do crédito imobiliário a juros baixos aumentou a procura e os preços dos imóveis. Como a renda das pessoas não acompanhou esse movimento, formou-se a bolha imobiliária e, com a insolvência dos clientes, os bancos entraram em crise.

⁵⁸ Samuel Phillips Huntington (1927-2008) foi um cientista político estadunidense que se tornou conhecido por analisar o relacionamento entre os militares e o poder civil. Formulou a polêmica Teoria do Choque de Civilizações, inspirada no historiador e filósofo polonês Feliks Koneczny, segundo a qual os principais atores políticos do século XXI seriam civilizações e não os Estados nacionais.

bipolar apresenta uma *economia mundial triangular*⁵⁹, um *multiculturalismo global*⁶⁰ e uma *supremacia militar unidimensional*⁶¹. Estes podem ser considerados os primeiros desdobramentos sistêmicos da sociedade internacional contemporânea.

De certa maneira, a ideia de multipolaridade multicivilizacional, tal qual vislumbrada por Huntington, se potencializa ainda mais quando levados em conta os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001⁶², cujo desfecho foi a implementação da Estratégia Nacional de Segurança (NSS) de *Bush*. Os EUA aderiram a um comportamento unilateral, proativo e bélico. George W. Bush inaugura uma cruzada contra o terrorismo, a estratégia da Guerra ao Terror, e substitui um modelo de engajamento e ampliação proposto por Clinton. Como resultado, essa política coloca em tensão a governança global neoliberal, e a liderança mundial americana entra em declínio.

Pela primeira vez na história, a política mundial é ao mesmo tempo multipolar e multicivilizacional. A modernização propiciada pelo fenômeno da globalização da economia não está sendo acompanhada pela universalização da ocidentalização, muito ao revés, a influência relativa do Ocidente está em declínio nas sociedades não ocidentais, especialmente a islâmica e a asiática. O Islã está explodindo demograficamente, ao mesmo tempo em que se radicaliza a questão político-religiosa entre os países muçulmanos e seus vizinhos. A perspectiva de nuclearização do Irã assombra o mundo ocidental. A eleição democrática do Hamas na Palestina desafia as estruturas da ordem jurídica internacional: como lidar com um grupo terrorista democraticamente eleito pelo povo? Enfim, as civilizações não ocidentais estão reafirmando cada vez mais o valor de suas próprias culturas como a indicar a forte comoção gestada pela publicação da caricatura considerada blasfematória do Profeta Maomé, o que entremostra o hiato civilizacional dos dias de hoje. (GÓES, p.3, 2007).

A opção pela estratégia de “cruzada político-militar” deixou de lado a importância dos EUA como comandante da globalização neoliberal, até então muito bem articulada através da NSS do Engajamento e da Ampliação de Clinton. Portanto, pode-se inferir que, por mais paradoxal que possa parecer, foi o descompromisso da NSS de Bush com a globalização neoliberal que viabilizou a ascensão geopolítica da China (GÓES, 2018).

⁵⁹ Economicamente Trilateral – Estados Unidos, União Europeia e Japão

⁶⁰ Culturalmente Multipolar – Choque de civilizações de Samuel Huntington

⁶¹ Militarmente unidimensional – Supremacia norte-americana incontestável

⁶² Nos ataques terroristas de 11 de setembro, comandados pela al-Qaeda contra os Estados Unidos da América, foram lançados dois aviões contra as Torres Gêmeas, um terceiro avião ao Pentágono e um quarto avião caiu num campo aberto na Pensilvânia.

4.1 National Security Strategy de Bush e a Guerra ao Terror

O período pós-Guerra Fria foi marcado por um discurso de que, enfim, o mundo seria pacífico. Havia chegado uma “nova ordem” mundial, liderada pelo Estados Unidos da América, supremos e garantidores de uma estabilidade política mundial, um mundo livre de disputas e conflitos globais interestatais. Nesse novo contexto, os EUA também precisavam eleger novas ameaças. Assim, elegeram as de caráter não estatais, como o narcotráfico, catástrofes ambientais, as intervenções nocivas ao meio ambiente, os fluxos migratórios, o terrorismo de grupos islâmicos radicados e espalhados em diferentes países e os Estados antidemocráticos e violadores dos direitos humanos.

Em 2001, George W. Bush chega ao poder comprometido com o Projeto para o Novo Século Americano (*Project for the New American Century – PNAC*)⁶³ que tinha como missão a promoção da liberdade política em todo mundo. É por isso que a nova estratégia de segurança nacional dos EUA não tardou a fixar seus dois novos pilares de sustentabilidade, quais sejam: (i) *promote freedom, justice and human dignity* e (ii) *confront challenges by leading growing community of democracies*. (GOÉS, 2007, p.9)

A NSS de Bush (2002 e 2006) é marcada pelo unilateralismo com ênfase no uso da força militar como garantia da segurança nacional. Os documentos argumentam que um país possui legitimidade para atacar forças que representam uma ameaça iminente, por meio dos chamados “ataques preventivos”. Brzezinski (2004) aponta que, na prática, Bush defendia a legitimidade de um ataque sem consenso internacional, justificando essa conduta a partir do caráter difuso e não convencional do terrorismo. Em nome dos valores propagados no governo Clinton – democracia, prosperidade e esperança –, a política externa de Bush passa a cobrar apoio de seus parceiros no combate ao terrorismo internacional, ou seja, uma cooperação na Guerra ao Terror.

Nesse passo, o ataque de 11 de setembro de 2001 se tornou pretexto para a elaboração da Doutrina Bush, concepção da iniciativa preventiva que permite atacar primeiro e perguntar depois. Nesse sentido, não é sem razão a crítica lacerante que vem recebendo do resto do mundo, seja pela interrupção que provoca no processo de consolidação do multilateralismo

⁶³ Fundado em 1997 por por William Kristol e Robert Kagan o *Project for the New American Century – PNAC* foi um *think tank* neoconservador americano. O laboratório de ideias tinha como objetivo promover a primazia Americana e para isso defendia que os EUA deveriam adotar a estratégia de coerção militar e clareza moral. Os valores desse laboratório neoconservador faziam referência à política externa promovida pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989).

de escopo global, seja pelo menosprezo que empresta aos demais Estados nacionais e em especial ao direito internacional público. (GÓES, 2007, p.3).

Com os ataques terroristas de 11 de setembro, os choques civilizacionais⁶⁴ ganham elementos de guerra santa, a luta do bem contra o mal. E passam a servir como pretexto para a interrupção da política multilateralista que vinha norteando a política dos EUA e para a expansão da coalizão global antiterrorismo: “*Thousands of trained terrorists remain at large with cells in North America, South America, Europe, Africa, the Middle East, and across Asia*” (USA, 2007, p.5). A OTAN incorporou a agenda de segurança americana e passou a atuar como uma força militar da ONU.

Os fatídicos 11 de setembro de 2001 (EUA), 11 de março de 2004 (Espanha) e 7 de julho de 2005 (Grã-Bretanha) são eventos internacionais que reforçam a fundamentação ética desta cada vez maior denegação dos direitos fundamentais. Com isso, podemos constatar que o alvorecer do terceiro milênio vivencia um fenômeno jurídico no mínimo curioso e paradoxal, qual seja, o maior centro democrático do planeta veste a roupagem absolutista pós-westfaliana para neutralizar os mais antigos direitos fundamentais do homem: os direitos civis e políticos de inspiração liberal burguesa. (GÓES, 2007, p. 6).

Outro aspecto importante para compreender a dimensão os efeitos da Guerra ao Terror é o próprio conceito de guerra. Para Clausewitz (2003:18), “a guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se a sua vontade.” A guerra, como definida por Clausewitz, é um ato entre dois ou mais adversários, no qual existe objetivo claro e bem definido. Nesse modelo existia uma divisão nítida entre os atores: o governo que direcionava a guerra, as Forças Armadas (FAA) que lutavam as guerras e o povo que pagava a guerra. Baseado nessa lógica funcionou a estratégia de dissuasão nuclear durante toda a Guerra Fria.

Entretanto, as guerras atuais fogem do paradigma compreendido no modelo westfaliano e não apresentam em sua essência nenhuma distinção entre esses atores. A sociedade civil, por exemplo, passou a ser alvo de muitos conflitos e é nesse contexto que os EUA anunciam uma guerra de alcance global, sem um inimigo concreto, sem um tabuleiro geográfico para a guerra e sem tempo determinado. “*The United States is fighting a war against terrorists of global reach. The enemy is terrorism-premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents*”. (USA, 2002, p. 11)

A questão não é nem de negação de direitos sociais positivos, sujeitos à reserva do possível (limitações financeiras do Estado) mas, sim, de eliminação de liberdades individuais e políticas, valores fundantes da sociedade norte-americana e direitos fundamentais de primeira dimensão.

⁶⁴ Samuel Huntington (1993) argumenta que conflitos violentos poderiam emergir entre civilizações diferentes, mais especificamente entre o Ocidente e os Estados da civilização Islâmica Confucionista.

Como se vê, os Estados Unidos que se autointitulam guardiões universais do princípio democrático, na verdade, violam 38 direitos humanos, seja na sua Base de Guantánamo em Cuba, seja em seu próprio território mediante a aplicação da lei patriótica. (GÓES, 2007, p. 7).

Os documentos estratégicos do governo Bush vão ao encontro das recomendações de Brzezinski e Kissinger, que apontavam a Eurásia como continente basilar, mas com ênfase no Oriente Médio devido à necessidade de controlar fontes energéticas e combater o terrorismo. Por outro lado, há crítica de Brzezinski à falta de visão estratégica de longo prazo na relação dos EUA com a Rússia e a China. Ambas foram duas grandes potências aliadas de Bush no combate ao terrorismo porque entendiam que essa agenda possibilitaria maior controle e intervenção em situações externas e internas, como foi o conflito da Chechênia com a Rússia.

Quanto à preocupação com a China, apontava para seu regime político autocrático, sua contínua expansão militar sem transparência e práticas econômicas protecionistas, incluindo a busca por acesso garantido a recursos energéticos por meio de acordos políticos e utilizando investimentos/financiamentos como instrumentos, e até mesmo apoiando países abundantes em recursos naturais com regimes políticos não democráticos (USA, 2006). No entanto, não há qualquer menção sobre a distribuição de poder global ou um desafio à superioridade estadunidense. [...] Quanto à Rússia, a continuidade da expansão para o leste da OTAN e interações militares (como venda de armamentos e treinamento), englobando Estados da antiga URSS e chegando às fronteiras da Rússia, e a proposta de instalação de um escudo antimísseis no Leste Europeu, tendo como contrapartida uma postura assertiva russa, marcaram a reativação das tensões e uma postura não cooperativa nas relações bilaterais por parte dos EUA no governo George W. Bush, e desembocaram no conflito entre Rússia e Geórgia. (PADULA, 2018, p. 50).

Em relação ao hemisfério ocidental fez-se pressão para a assinatura do acordo que previa a ALCA que, segundo o governo norte-americano, seria uma maneira de fortalecer as democracias, de conseguir mais transparência em relação às atividades financeiras e de ajudar no combate aos crimes transacionais. É visível a presença de uma agenda que versava sobre a acordos financeiros e comerciais, medidas contra corrupção e que promovesse a transparência financeira e bancária.

Os temas para o lado Ocidental permaneceram os mesmos: o combate ao tráfico de drogas, o fortalecimento da democracia, combate à lavagem de dinheiro, corrupção, entre outros. Entretanto, estes passam a ser percebidos como possíveis meios de desenvolvimento e financiamento do terrorismo internacional. A Estratégia ao Terror colocou em tensão a governança global neoliberal e em crise a liderança mundial americana.

4.2 Crise de 2008 e a National Security Strategy de Obama

Em 15 de setembro de 2008, grandes bancos anunciaram perdas bilionárias e a instabilidade do mercado de capitais se estendeu por meses. Para tentar evitar as quebraadeiras em série, governos de vários países anunciaram planos de socorro à economia e injetaram bilhões em bancos privados. Os dois acontecimentos colocaram em xeque o poder cultural e financeiro americano. Góes (2018, p. 522) aponta que é nesse diapasão que a crise financeira de 2008 trouxe a real possibilidade de desconstrução do mundo americano e sua substituição por um mundo multipolar, bem como destaca a tentativa da NSS de Obama de resgatar a liderança global.

De fato, a crise liberal financeira de 2008 é o eixo propulsor de uma verdadeira revolução copernicana no campo da geopolítica mundial, na medida em que traz no seu bojo a real possibilidade de desconstrução do mundo americano e sua possível substituição por um mundo multipolar ou pelo menos por um mundo sem predominância cêntrica dos Estados Unidos e seus tradicionais mecanismos de hegemonia mundial. [...] É o próprio nome estratégico da Doutrina Obama que entremostra seu objetivo de reconstruir a nação estadunidense a partir de sua liderança global (*Strategy of National Renewal and Global Leadership*). (GOÉS, 2018, p.521).

Com efeito, o governo Obama tem como objetivo reconstruir a nação estadunidense a partir de sua liderança no sistema de governança global, utilizando a ideia de cooperação para enfrentar desafios globais. À luz da teoria de Nye Jr. (que trata do *hard power* e do *soft power*), é possível verificar uma mudança na liderança americana, que passa a ser exercida através da utilização do *soft power*.

O presidente Barack Obama será capaz de escolher políticas que poderiam ajudar a recuperar parte do poder brando da América. É claro que o *soft power* não é a solução para todos os problemas. Embora o ditador norte-coreano Kim Jong Il goste de assistir a filmes de Hollywood, é improvável que isso afete seu programa de armas nucleares. E o *soft power* não levou a lugar nenhum para afastar o governo do Talibã de seu apoio à Al Qaeda na década de 1990. Foi preciso muito poder militar em 2001 para acabar com isso. Mas outros objetivos – como a promoção da democracia e dos direitos humano – são mais bem alcançados pelo *soft power* [...] o governo Obama terá que gerar *soft power* e relacioná-lo com *hard power* em estratégias inteligentes. (NYE, 2009, p.7-8).

Rogin aponta que, ao revelar sua primeira Estratégia de Segurança Nacional, o presidente Barack Obama destacou a necessidade de “uma estratégia de renovação nacional e liderança global”, enfatizando a força econômica dos EUA como base do poder americano e prometendo aprofundar alianças e parcerias com o todo o mundo. “[...] Para chegar lá, devemos buscar uma estratégia de renovação nacional e

liderança global – uma estratégia que reconstrua a base da força e influência americana”.⁶⁵ (ROGIN, 2010, s/p).

Um Estado pode, por meio de ameaças e recompensas, exercer a sua influência. O poder incomparável dos Estados Unidos os colocaria nessa posição capaz de estabelecer um conjunto de normas e instituições favoráveis para governar setores da atividade internacional. Porém, se o país mantiver uma política universalista, é possível que essa liderança seja colocada em xeque.

Os NSS de 2010 e 2014 reafirmam a importância de preservar a superioridade militar dos EUA e sua capacidade de enfrentar múltiplas ameaças de nações, atores não estatais e Estados falidos, mas trazendo de volta a questão do multilateralismo, através de um “engajamento abrangente” sob a liderança estadunidense, e da importância do poder do ponto de vista moral (ou de um discurso ético legitimamente aceito), que teria sido deteriorado pelo unilateralismo do governo Bush. Os documentos deixam claro o comprometimento com o envolvimento na Eurásia, com a OTAN e os aliados na Ásia-Pacífico. (PADULA, 2018, p. 51).

Apesar dos esforços do governo Obama no sentido de reconstruir uma liderança mundial a partir da visão de *hard power* e *soft power*, a crise de 2008 não havia sido solucionada, apenas estancada, e o crescimento econômico de países como China, Índia e Brasil ameaçavam o poder americano. O mundo pós-2008 não é mais orientado apenas pelas bases da hegemonia americana que foram constituídas durante a Guerra Fria e refinadas no auge da *Pax Americana*. O G7, a OMC e o FMI já não são suficientes; então, são criados o G20 Financeiro⁶⁶, o G20 Comercial⁶⁷, o Banco Asiático⁶⁸, o Banco dos BRICS⁶⁹ e o Fundo Soberano da China⁷⁰. Emergiu um novo quadro de distribuição do poder mundial que se mostrou capaz de atuar contra a hegemonia até o momento estabelecida pelos EUA, que enfraquecem na tarefa de controlar o processo de globalização da economia e da financeirização mundial.

⁶⁵ *In unveiling his first formal National Security Strategy, U.S. President Barack Obama called for “a strategy of national renewal and global leadership,” emphasizing U.S. economic strength as the foundation of American power and promising to deepen U.S. alliances and partnerships around the world. (...) To get there we must pursue a strategy of national renewal and global leadership — a strategy that rebuilds the foundation of American strength and influence.* (ROGIN, 2010)

⁶⁶ Criado em 1999, é o grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores econômicas do mundo mais a União Europeia.

⁶⁷ Criado em 2003, reúne chefes de Estado e de Governo dos países emergentes.

⁶⁸ Criado em 2015, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura é uma instituição financeira proposta pela China que financia projetos de infraestrutura prioritariamente na Ásia, mas, pelo seu caráter multilateral, também concede crédito para outros continentes.

⁶⁹ Criado em 2001, o Banco dos BRICS leva as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China. Os quatro países emergentes formam uma aliança com objetivo de converter seu crescente e potencial desempenho econômico em influência geopolítica.

⁷⁰ Fundado em 2007, o Fundo Soberano da China é um instrumento financeiro em que o país utiliza parte de suas reservas estrangeiras para investir em setores estratégicos de outros países.

Em discurso no parlamento britânico, Obama disse que virou “moda perguntar se o crescimento desses países será acompanhado por um declínio da influência americana e europeia no mundo. (...) Algumas vezes, com este argumento, dizem que esses países representam o futuro e que nossa liderança acabou. Este argumento é errôneo”. (Barack Obama, 2011)

A crise de 2008 marcou a ascensão da China como motor da economia mundial, o crescimento da Índia e a reafirmação de potências como a Rússia e o Japão. Como estratégia de aproximação e reafirmação de sua hegemonia global, os Estados Unidos reativaram a presença militar no Leste Asiático através do fortalecimento da aliança com a Coreia do Sul.

Obama foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a participar da cúpula leste Asiática (ASEAN) e realizou o acordo de Parceria Transpacífico ou TPP71 (*Trans-Pacific Partnership*) pelo qual tinha objetivo de oferecer um contraponto à crescente influência econômica e política da China. Buscou alianças bilaterais com Japão, Coreia do Sul, Austrália, Filipinas e Tailândia. Apesar dos esforços, Obama não executou as mudanças necessárias. Do período pós-crise 2008 até seu governo, a Europa se enfraqueceu, e o bloco se desuniu. Também não foi criada interlocução com a Rússia e a Turquia, e a China neste mesmo período aumentou sua capacidade econômica, militar e política na Eurásia (Brzezinski, 2012a, *apud* PADULA, 2018, p. 37- 39).

Já Brzezinski, a partir da crise de 2008, passou a advogar a formação de um G2 (*group of two*) informal entre China e EUA, baseado na interdependência e interesse comum entre ambos, cooperando em uma espécie de hegemonia compartilhada, na qual os Estados Unidos reconhecessem a importância econômica chinesa — e da prática de um keynesianismo orientado a impulsionar a economia estadunidense — enquanto os EUA mantêm seu papel de supremacia político-militar e tecnológica (BRZEZINSKI, 2009). Em sua obra, as possibilidades de uma parceria e cooperação entre EUA e Rússia aparecem sempre como remotas, devido aos antagonismos geográficos e consequentes divergências geopolíticas, explicitados, por exemplo, após a crise da Ucrânia (PADULA, 2018, p. 42).

Nesse cenário desfavorável, a República Popular da China (RPC) consegue exercer uma expansão em escala planetária. O projeto chinês One Belt, One Road (OBOR), que é o cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do século XXI, projeta a expansão da China em direção à Europa, Ásia e África. Simboliza a criação de um espaço geopolítico centrado na China de onde serão

71 O acordo tinha o objetivo de consolidar garantias para o investimento externo direto, reduzir barreiras comerciais, promover integração econômica e facilitar o comércio.

definidos investimentos e projetos de infraestrutura em países da Eurásia e Eurásia. De acordo com Góes (2018, p. 256), pode-se afirmar que a NSS de Obama é a reedição da vertente spykmaniana da antiga Estratégia da Contenção de Kennan, da mesma forma que a Iniciativa da Faixa e da Rota da China é a reedição da vertente mackinderiana da antiga estratégia soviética de conquista da *Ilha Mundo*.

FIGURA 4 - Teoria da Tríade



Fonte: GOÉS, 2018, p. 527.

O que se quer destacar nesta seção é que a partir de 2008, com a crise financeira do liberalismo, inicia-se um novo ciclo de poder hegemônico global: o declínio da *Pax Americana* neoliberal e a ascensão de uma governança global multipolar. Numa tentativa de contenção desse avanço, os EUA ajustam seu modelo de segurança nacional, e a NSS de Obama adota a Teoria da Tríade.

4.3 *America First*, de Trump, e a desglobalização mundial

Antes da eleição de Trump, os alicerces da globalização já haviam sofrido abalos. Em 2016, os britânicos votaram pelo Brexit, ou seja, pela saída do Reino Unido da União Europeia, o que significa uma insatisfação com os mecanismos de integração da UE. Não por acaso Trump comparou sua vitória ao Brexit, por ambos terem como conceito a defesa nacionalista dos interesses de seus países.

A globalização contestada por Trump é um processo de integração entre povos, empresas, governos e comércio em todo planeta. Num mundo globalizado, os eventos políticos, econômicos, culturais e sociais estão interconectados e têm como pilar econômico o neoliberalismo. E naquele momento histórico, coube ao Reino Unido e aos Estados Unidos da América contestarem a ordem de então, na contramão histórica de defesa dos valores neoliberais que foi difundida por esses países.

Vê-se, portanto, que os efeitos da crise de 2008, em outras palavras, os efeitos da desregulamentação do mercado financeiro, tiveram impacto profundo na ordem estabelecida. As relações de interdependência espelharam a crise por todo o mundo, afetando desde os países ricos até os países em desenvolvimento. A injeção de dinheiro nas economias UE e EUA para a recuperação da economia não foram suficientes para reativar a economia. Como consequência, os Estados encolheram e desmobilizaram o Estado de Bem-Estar Social.

Para Stiglitz (2010), a crise de 2008 expôs as fissuras da sociedade americana entre ricos e pobres, entre Wall Street e Main Street. Embora os ricos estejam cada vez mais ricos, a renda da maioria dos americanos estagnou ou caiu nas últimas três décadas; ao mesmo tempo, as pessoas aumentaram seu padrão de consumo, se mantendo por meio de empréstimos. A crise trouxe à realidade essa parcela da população que foi obrigada a diminuir o seu padrão de vida.

A vitória de Donald Trump representou uma rearticulação da primazia estado-nação e um rompimento com o consenso liberal do pós-Segunda Guerra Mundial, rompimento com acordos multilaterais e priorização de relações bilaterais. Trump adotou políticas protecionistas e retomou a abordagem *América First*. Dois exemplos que refletem tal agenda política foram a retirada dos Estados Unidos ao acordo do *Tratado Transpacífico (TPP)* e a guerra comercial com a China. Trump se opôs ao internacionalismo liberal porque acreditava que a “globalização, a liberação dos mercados, o multilateralismo e as instituições internacionais estavam prejudicando os ‘americanos comuns’” (LÖFFLMANN, 2019 p.120). No campo comercial, Trump entrou em guerra comercial com a China e em confronto com aliados, países do NAFTA⁷² e da União Europeia.

⁷² *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), acordo assinado, em 1994, pelo México, Estados Unidos e Canadá.

Essas ações tinham como objetivo a retomada da liderança mundial e a contenção da influência da China em escala global. A ver na NSS de Trump (2017, p.2).

Desafiam o poder, a influência e os interesses americanos, uma tentativa de erodir a segurança e a prosperidade americanas. Eles estão determinados a tornar as economias menos livres e menos unidas, para crescer poder militar e controlar informações e dados para reprimir suas sociedades e expandir sua influência.”⁷³(tradução livre).

O estudo realizado até aqui mostra que desde o fim da Segunda Guerra Mundial os EUA orientam sua atuação de forma a alcançar a hegemonia do sistema internacional a partir de uma lógica em que o inimigo americano é inimigo do mundo. Utilizando-se de interesses legítimos e autênticos, os EUA articulam para que a cena internacional se movimente na direção de seus objetivos hegemônicos. Visto desse ângulo, não há nenhuma novidade em relação à estratégia promovida por Donald Trump. Porém, além de trazer os interesses americanos como prioridade, existe a tentativa de manter a vigência do mundo americano pós-mundo europeu. Góes (2018, p. 528) aponta que:

[...] o America First é um paradigma estratégico de fortalecimento do Estado norte-americano a partir da proteção do seu mercado interno, que, como já visto anteriormente, foi usado com sucesso durante a vigência da ordem mundial eurocêntrica, no período entre Guerras (Entre 1919 e 1939). [...] Com a devida sofisticação acadêmica, é preciso olhar com olhos de ver, que a NSS de Trump não se comunica, nem com o conceito de desengajamento da liderança global dos Estados Unidos e nem com o primeiro arquétipo do “America First” da ordem eurocêntrica, cuja lógica de construção abdicava do controle direto e imediato da ordem internacional.”

Trump se afasta da tríade (EUA, Europa e Japão) proposta por Brzezinsk e implementa uma política protecionista que tem como objetivo mitigar o poder da China no mundo e retomar a liderança global norte-americana. A partir dessa oposição ao internacionalismo liberal e entendendo como provocação a iniciativa da One Belt, One Road, Trump dá início à guerra comercial contra a China com objetivo de manter o poder e riqueza americanos.

Os Estados Unidos responderão ao crescente quadro de competições políticas, econômicas e militares, que grassam ao redor do mundo. China e Rússia desafiam o poderio americano, sua influência e seus interesses, um artifício para erodir a segurança e a prosperidade americanas. Eles estão determinados a tornar a economia mundial menos livre e justa, a incrementar seus poderes militares, a controlar a disseminação da

⁷³ *China and Russia challenge American power, influence, and interests, attempting to erode American security and prosperity. They are determined to make economies less free and less fair, to grow their militaries, and to control information and data to repress their societies and expand their influence.*

informação e dados para reprimir suas sociedades internas e a expandir sua influência. (UNITED STATES, 2017, p.247).

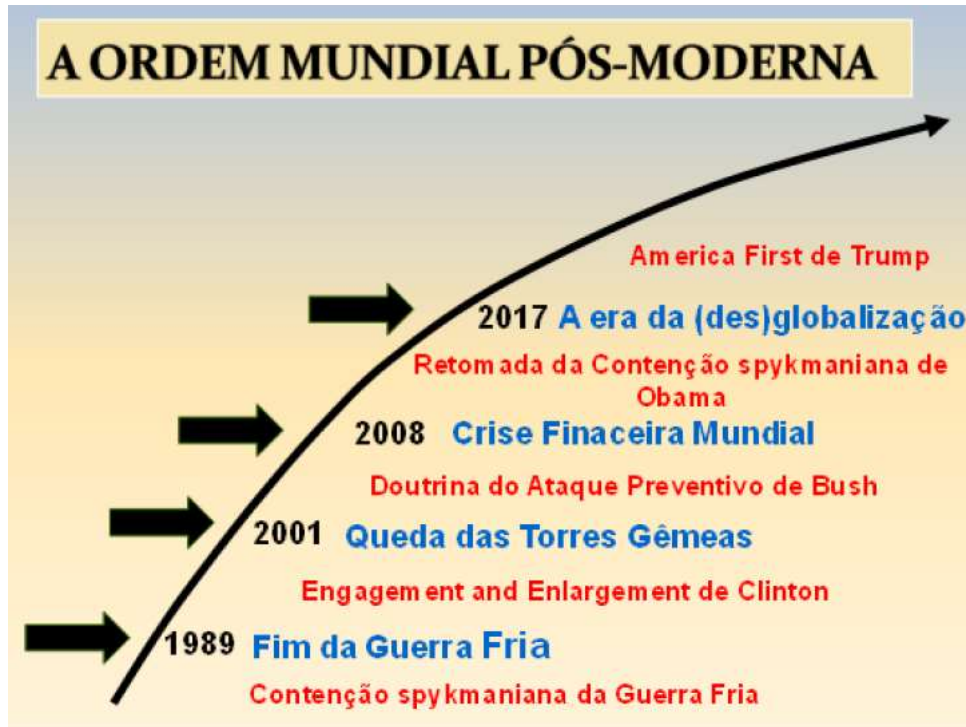
Trump recuou e retirou os EUA de diversos acordos multilaterais, como, por exemplo, o TPP, o Acordo de Paris sobre Mudança Climática e o Acordo Nuclear com o Irã. (LÖFFLMANN, 2019). No campo comercial, criou barreiras alfandegárias contra Estados considerados praticantes de um comércio desleal. No campo da segurança questionou publicamente a OTAN, porém, não conseguiu avançar na diminuição da participação americana na organização.

A China, por sua vez, adere a uma racionalidade geopolítica que converge aspectos terrestres e marítimos e permite a expansão chinesa em direção à África e Europa, “em direção a massas terrestres euro-africanas (Europa e África) e euro-asiáticas (Europa e Ásia), evitando, a um só tempo, o caminho congestionado do estreito de Málaca e o caminho conflituoso do Mar do Sul da China” (GÓES, 2018, p. 531). A estratégia de Trump sinaliza a incapacidade de competir diretamente com a China, situação que se agrava com a pandemia do Coronavírus.

Para Brzezinski, ainda que a China tenha tido uma estratégia geopolítica assertiva, ameaçando o equilíbrio de poder na Eurásia e a estabilidade da supremacia estadunidense, não é o objetivo da China substituir o papel dos Estados Unidos no sistema internacional, até porque ela se beneficia do atual jogo político bem como de sua posição de não assumir tamanhas responsabilidades. Porém é notável que seu crescimento e potencial na região da Eurásia represente um desafio estrutural na distribuição de poder global, principalmente na interação entre Estados Unidos, Rússia, Japão e Índia (Brzezinski, 2012a *apud* PADULA, 2018, p. 35-40). Em tudo se vê, portanto, que as estruturas de poder americano que começaram em Bretton Woods sofrem um revés a partir de 2008 com a crise financeira liberal.

Conforme é possível verificar no quadro abaixo, que apresenta a evolução das quatro grandes estratégias americanas que antecederam o governo Trump, a nova versão do mundo americano passa a ser capitaneado pela supremacia militar e tecnológica e não mais pela globalização neoliberal e pelos arranjos multilaterais.

TABELA 2 - A ordem mundial pós-moderna



GOÉS, 2018, p. 530.

A grande estratégia americana continua atrelada ao projeto epistemológico da *Pax Americana*, que tem por objetivo a liderança global. Porém, os EUA adotam no governo Trump uma posição contraditória e inesperada para um líder mundial.

[..] a mudança de cosmovisão da NSS de Trump, que se afasta do encômio econômico liberal de abertura mundial do comércio, para se aproximar da racionalidade isolacionista, verdadeiramente protecionista, que viabiliza o “giro geopolítico da (des)globalização” do tempo presente, provocado, por sua vez, pelo “giro de engrandecimento do geopoder chinês”, que se materializa com a deflagração da convergência entre o Cinturão Econômico da Rota da Seda (por terra) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (por mar). (GOÉS, 2018, p. 531).

De acordo com Góes (2018), a estratégia americana adotada por Trump deixa claro o declínio americano. Isso porque, em tempos de estatalidade pós-moderna, aquele que protege seu mercado o faz porque perdeu competitividade internacional. Para o autor, a estratégia One Belt, One Road traz uma convergência entre terra e mar, o que permite a China impor ao mundo um domínio relativo. Nesse sentido, os EUA adotam o protecionismo com objetivo de reforçar a musculatura geopolítico, porém subestimando o impacto dessa contradição na globalização neoliberal.

Como se não bastasse o difícil momento político que os EUA atravessavam, a crise do Coronavírus (Covid-19) acelera e consolida esse processo de decadência.

Assim que Donald Trump chegou ao governo, a primeira coisa que ele fez foi desmantelar todo o mecanismo de prevenção de pandemias, cortar

financiamento do Centro de Controle de Doenças (CDC, a maior instituição de saúde pública do país), cancelar programas que trabalharam com cientistas chineses para identificar potenciais vírus. Os Estados Unidos estavam particularmente mal preparados. Esta é uma sociedade privatizada, muito rica, com enormes vantagens [...], mas dominada pelo controle privado. Não existe um sistema de saúde universal [...] absolutamente crucial agora. É o sistema neoliberal máximo.” (CHOMSKY, 2020, s/p).

A grande crise sanitária da Covid-19 representa uma nova era geopolítica e um novo paradigma jurídico. No que concerne ao Estado, a pandemia significa uma evolução do Estado Liberal de Direito para o Estado de Bem-Estar Social. A natureza pública do vírus exige que instituições públicas de saúde e sanitárias atuem de forma coordenada.

A importância da dinâmica pública versus respostas privadas e pouco coordenadas é evidente. Porém, igualmente relevante é o fato de que todos os sistemas públicos, mesmo os mais eficientes, são precários frente a demandas novas de *global public dreads*. Nenhum sistema tem capacidade de reagir a emergências radicais e todos os sistemas pecam por insuficiência de fundos, leitos, coordenação e capacidade rápida de reação. Insuficiências gravíssimas que estão sendo compensadas pelo heroico comportamento dos profissionais de saúde. (JAGUARIBE *et al*, 2021).

No campo geopolítico representa a consolidação da ruptura unipolar da ordem mundial e da ascensão de uma ordem multipolar caracterizada pelo crescente equilíbrio de poder de superpotências globais (China e EUA) e superpotências regionais (União Europeia, Índia e Rússia).

O vínculo entre o nacional e o global é igualmente forte no combate aos efeitos econômicos da crise. Diversamente do colapso financeiro de 2008, a crise econômica suscitada pela Covid-19 extrapola os limites dos sistemas financeiros e da ação dos bancos centrais. (JAGUARIBE *et al*, 2021).

O neoliberalismo apoiado na austeridade fiscal e motor o *mainstream* econômico no último decênio se baseia na premissa de que o equilíbrio fiscal e a liberdade de mercado são capazes de garantir boas práticas de governança e o desenvolvimento em sua plenitude. Por outro lado, estados com teto de gastos não conseguem investir em educação, inovação, infraestrutura e em outras políticas de longo prazo. Diferentemente do que aconteceu em 2008, a crise da Covid-19 extrapola o alcance do sistema financeiro, desta vez, a crise ocasionada pela disseminação do vírus está atrelada à circulação de pessoas e o combate à doença no livre intercâmbio de ciência.

A Covid-19 é uma ruptura que expõe a paralisia de grande parte da EU sobre a responsabilidade e divisão dos custos da crise e expõe os EUA como um Estado sem nenhuma política de seguridade social. A pandemia evidencia a necessidade de uma nova visão da macroeconomia e do papel do Estado, assim como a crise

financeira de 2008 foi para a relação entre injeções de liquidez, juros e perigos inflacionários. O Coronavírus evidenciou a necessidade de avançar em matéria de ameaças epidêmicas. A construção desse tipo de política, por sua natureza, só pode se dar em ambientes multilaterais.

Em tópico sobre o ambiente internacional, ela prevê a permanência das ameaças não-convencionais e uma tendência à ampliação de controvérsias interestatais, ambos os traços tornados ainda mais complexos por tecnologias disruptivas. O mundo pós-Covid-19 seria, portanto, uma realidade que abarcaria tanto as tendências do pós-11 de Setembro, quanto aquelas do pós-crise financeira de 2008. (KALIL; CASTELANI, 2020, p.21).

Devido à conjuntura, tal transformação corre um sério risco, e nos sugere um novo dilema na contemporaneidade. Se a centralidade das ameaças aumenta a chance de sua securitização, também cresce o risco de que elas venham a ser tratadas em espaços oligárquicos multilaterais, como o Conselho de Segurança da ONU. (JAGUARIBE et. Al, 2021, p 78)

Por tudo que se apresentou, fica claro que o multilateralismo que baseou a construção da ordem mundial no pós-Segunda Guerra, centralizado nas potências ocidentais, não é mais possível. As potências regionais, a exemplo da Ásia, e o protagonismo da China, não só como potência regional mas como potência mundial em ascensão, tiveram que ser incluídas nos debates internacionais. A adesão dessa nova ordem ao multilateralismo está vinculada a três questões, conforme apontam Jaguaribe et. al: (i) particularidades do regionalismo, (ii) a crise de legitimidade das instituições universais, como por exemplo, a OMS, e (iii) a adesão das atuais potências ao sistema multilateral de paz e segurança.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou apresentar uma visão panorâmica acerca das estratégias de segurança nacional dos EUA e seus impactos na ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial. O trabalho apresentou os caminhos trilhados e os desafios geopolíticos enfrentados pelos EUA pós-1945 até a pandemia do vírus Covid-19.

Para que fosse possível realizar esta análise, arquétipos estratégicos norte-americanos presentes na estratégia nacional de segurança americanos foram sistematizados e relacionados a autores da teoria da geopolíticas e das relações internacionais, de modo a possibilitar a compreensão dos movimentos americanos ao longo do período analisado.

O primeiro capítulo tem como objetivo construir o arcabouço teórico necessário para a compreensão os arquétipos estratégicos se baseando nos conceitos da geopolítica, das relações internacionais e no entendimento do Estado Moderno que são a base epistemológica do conteúdo apresentados nos capítulos seguintes.

O pós-Segunda Guerra Mundial foi para os Estados Unidos um período de consolidação da estrutura com a qual pretendiam garantir sua posição dominante no planeta. No ano 2000, tudo parecia favorecer os Estados Unidos: a União Soviética estava dissolvida, a Rússia não tinha potencial competitivo; a América Latina permanecia controlada pela onda neoliberal, e a China apresentava como parceiro viabilizando a diminuição de custos das fabricações estadunidenses. O domínio americano sobre o resto do mundo era avassalador, do ponto de vista militar e financeiro, mas sobretudo tecnológico. Chegamos ao “fim da história”, o que poderia dar errado?

A estratégia de “Engajamento e Expansão”, inaugurada por Bill Clinton, como um modo de inserção internacional neste período, priorizava os arranjos multilaterais para obter vinculação política em temas sensíveis. Por essa razão, foram elencados os temas tratados nas Cúpulas das Américas e nas Reuniões de Ministros da Defesa, para possibilitar a investigação das percepções que nortearam tais encontros, os quais representavam os objetivos norte-americanos na região, tais como a importância da manutenção da democracia e a promoção dos livres-mercados. É aí que podemos verificar a consolidação da *Pax Americana*.

A dissertação faz a análise da doutrina Bush, a qual anunciou seu objetivo primordial de combater o terrorismo internacional e os Estados que oferecessem

abrigo aos grupos terroristas. A partir desse ponto, foram analisadas as características e especificidades de tal estratégia, e fez-se uma reflexão acerca do conceito de inimigo e a importância de tê-lo bem definido, antes de delimitar qual a melhor estratégia para se derrotá-lo.

O governo Obama, assolado pela crise de 2008, teve como consequência uma nova distribuição do poder mundial, em que vicejam novos mecanismos de contra-hegemonia, colocados agora em complementação ou até mesmo em contraposição às tradicionais estruturas de poder do mundo americano, tais como: a criação do G20 Comercial, cujo desfecho paralisou a Rodada de Doha de 2001 no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), impedindo a decisão relativa à redução de tarifas dos produtos industrializados, proteção de patentes e compras governais. Sem a devida liberalização dos produtos agrícolas; o surgimento do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que se coloca lado a lado com as clássicas estruturas hegemônicas de Bretton Woods (FMI e BIRDI), e a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), instituição financeira de iniciativa chinesa, cujo desiderato é promover o investimento em infraestrutura e em setores produtivos nas regiões da Ásia e Oceania e, em especial, em países menos desenvolvidos.

Além disso, demonstramos o enfraquecimento do G7, incapaz de debelar os efeitos nocivos da crise de 2008, abrindo espaço para a consolidação do G-20 Financeiro (Grupo dos Vinte Países mais ricos do mundo). Tudo isso mostra que o mundo pós-crise de 2008 se caracteriza pela progressiva mitigação da *Pax Americana* e, na sua esteira, a perda de capacidade de controlar a mundialização financeira a partir dos mecanismos tradicionais de hegemonia global (G-7, OMC, FMI e BIRD).

A Covid-19 levou a uma “introspecção internacional”, que já existia antes desse evento, como uma “reação contra a globalização e ajustes profundos nos padrões de circulação na economia internacional”, em clara referência à guerra comercial travada por Trump. Uma guerra que também está presente nos “gargalos tecnológicos”, mencionados como um obstáculo para a conquista da soberania técnica, pela qual o país poderia dispensar componentes originários do Japão ou dos Estados Unidos. A busca de um “alto nível de autossuficiência”, por meio de uma “reforma estrutural da oferta”, e de uma “expansão da demanda interna”, visa tanto servir de estímulo ao bem-estar geral quanto prevenir os prejuízos que possíveis sanções ou o fechamento dos mercados ocidentais podem causar a sua economia.

Desde o atentado terrorista do 11 de setembro 2001, da crise financeira de 2008 e da crise sanitária de 2019, a globalização neoliberal vem sendo fortemente questionada. Por outro lado, duas décadas depois do fim da Guerra Fria, a Rússia recuperou seu espaço no cenário internacional, a América Latina ganhou protagonismo e teve experiências diferentes e a União Europeia, aliada incondicional dos Estados Unidos, criou sua moeda própria e um marco institucional sem a presença do Reino Unido. Nenhuma das guerras em que os Estados Unidos embarcaram, direta (Afeganistão e Iraque) ou indiretamente (Síria e Líbia), serviu para beneficiar os interesses que as impulsionaram.

A China ocupou seu lugar de liderança tecnológica e comercial em nível mundial e passou a ser um dos principais eixos do futuro multilateral. Com efeito, não se refuta o amplo campo de reflexões a fazer, no entanto, defende-se aqui a ideia de que, pela primeira vez, a Ordem Mundial, no cenário pós-coronavírus, poderá ser geopoliticamente multipolar, juridicamente *welfarista* e culturalmente multicivilizacional.

Os documentos estratégicos analisados demonstram uma continuidade na geoestratégia estadunidense pós-Guerra Fria. A estratégia previa o controle militar sobre a Europa através da presença e protagonismo da OTAN, buscando conter seu avanço em direção à Rússia e à Ásia Central, associada a uma estratégia de promoção do equilíbrio da balança de poder na Eurásia, a partir da atuação do Oriente Médio e recentemente na Ásia-Pacífico, em contraponto a ascensão chinesa.

As ações de Estado dos EUA são influenciadas pelas concepções de Kissinger e de Brzezinski, que se baseiam na geopolítica clássica no sentido de apontar a Eurásia como o continente basilar para o equilíbrio da balança de poder e colocando os objetivos estratégicos acima das discussões relativas a custos econômicos ou limites orçamentários. Para esses autores, a presença militar na OTAN, no Oriente Médio e no Sudeste da Ásia são irrevogáveis, visto que os EUA devem se preocupar com o equilíbrio de poder global, sendo esse o continente mais relevante. Vale ressaltar a centralidade do dólar nesse debate, isso porque, como os EUA emitem a moeda internacional sem lastro, não enfrentam limites nos seus gastos e endividamento, já que podem exportar a inflação para o mundo.

É importante observar que até a Doutrina Trump todos os presidentes americanos, apesar de diferenças táticas, mantiveram os objetivos geoestratégicos, mostrando continuidade na política externa. O início do século XXI é marcado por uma

grande disputa entre EUA e seus aliados na OTAN, de um lado, e China e Rússia e seus aliados, do outro. Essa disputa terá impacto determinante sobre o futuro geopolítico global, merecendo desta forma pesquisas sobre seus desdobramentos.

Enquanto os Estados Unidos apontam indícios de um declínio, externo e também interno, a China navega em uma curva ascendente, que não está isenta de problemas, e mantém algo muito mais importante: um rumo. Não se trata tanto de comparar os indicadores econômicos entre as duas potências, a capacidade militar, a influência diplomática, o vigor comercial, a estabilidade interna ou a legitimidade institucional. Em todos esses pontos, porém, a balança começa a se voltar para o lado chinês. Enquanto os Estados Unidos parecem ter perdido a bússola, o país asiático possui um plano que vai muito além das ocupações militares e da especulação financeira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. A. L. Cidadania, direitos humanos e globalização. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 8, n. 28, jul./set. 2000.
- ACHARYA, Amitav. How the two big ideas of the post-Cold War era failed. **The Washington Post**, 24 Jun. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/06/24/how-the-two-big-ideas-of-the-post-cold-war-era-failed/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- ACHARYA, Amitav. **The end of American world order**. Cambridge, UK: Polity Press, 2014.
- ARRIGUI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp. 1994.
- ARRIGUI, Giovanni. Capitalism and the modern world-system: rethinking the non debates of the 1970's. *Review* (Fernando Braude Center). **State University of New York at Binghamton**, v. 21, n. 1, p. 113-129, 1998.
- ARRIGUI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ATENCIO, Jorge E. **¿Qué es la geopolítica?** Buenos Aires: Pleamar, 1965.
- BRANDS, Hal. **American grand strategy in the age of Trump**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2018.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The choice**: global domination or global leadership. New York, Basic Books, 2004.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second chance**: three presidents and the crisis of american superpower. [S.l.]: Basic Books, 2007.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. Game Plan. Atlantic Monthly Press, 1986. The Group of Two that could change the world. **Financial Times**, 13 Jan. 2009. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d99369b8-e178-11dd-afa0-0000779fd2ac>. Acesso em: 05/01/2022
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic vision**: America and the crisis of global power. New York: Basic Books, 2012a.
- BONFIM, C. U. **Curso de política, estratégia e alta administração do Exército**. [Rio de Janeiro]: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2003.
- CARR, Edward H. **Vinte anos de crise 1919-1939**: uma introdução ao estudo das relações internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília, DF: FUNAG. 2016.

COHEN, Saul. **Geopolitics: the geography of international relations**. 3. ed. Lanham, MD: Rowman e Littlefield, 2015.

CHOMSKY, Noam. EUA correm para o precipício, diz filósofo e linguista Noam Chomsky. **UOL Notícias**, 25 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/25/eua-corre-para-o-precipicio-diz-filosofo-e-linguista-noam-chomsky.htm>. Acesso em: 7 ago. 2020.

COHRS, Patrick. "Pax Americana": The United States and the transformation of the 20th century' global order. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 61, n. 2, p. 1-26, 2018.

CORDEIRO, L; LOURENÇÃO, H.; SOL, E. Perpectivas do Estado Brasileiro para o Ciberespaço. **Revista Hoplo**, v. 4, n. 6. p. 11-25. 2020.

Obama reafirma aliança entre EUA e Europa. **G1**, 25 maio 2011. Mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/em-discurso-em-londres-obama-reafirma-alianca-entre-eua-e-europa.html>. Acesso em: 25/10/2021

ESTADOS UNIDOS. Presidente (1945-1953: Harry S. Truman). **Discurso no Congresso Americano**. Washington, 12 mar. 1947. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dw/ult1908u6629.shtm> O link não remete à página do texto lido. Corrigir a entrada. A entrada não é ESTADOS UNIDOS.

ESTADOS UNIDOS. **National security strategy for a new century**. Administração de William Clinton. Washington, D.C. Press, maio 1997.

ESTADOS UNIDOS. **National security strategy for engagement and enlargement**. Administração de William Clinton. Washington, D.C., Press, jul. 1994.

ESTADOS UNIDOS. **National strategy of defending the nation against its enemies**. Administração George W. Bush. Washington, D.C. Press, set. 2002.

ESTADOS UNIDOS. **National strategy of making America great again**. Administração Donald Trump. Washington, D.C. Press, dez. 2017.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. Novembro de 2005. **Novos Estudos**, p. 61-72, 2005.

FIORI, José Luís. **O poder americano**. Petrópolis. Editora Vozes. 2004.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas e o desenvolvimento das nações**. Petrópolis. Editora Vozes. 2000.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GILPIN, Robert. **The political economy of the international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica mundial e America's grand national strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, set./dez. 2018. ISSN 1809-3191.

GÓES, Guilherme Sandoval; LIMA, Marcelo Machado. **Ciência política**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

GÓES, Guilherme Sandoval; MASSERA, Héctor Villagra. **Brasil e Chile**: posição geopolítica no contexto mundial contemporâneo. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2015.

GÓES, Guilherme Sandoval. Pax Americana e doutrina Bush: dilemas da sociedade internacional na era pós-bipolar. **Ideias em Destaque**, Rio de Janeiro, n. 23, jan./jun. 2007.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica mundial e America's grand national strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3 set./dez. 2018. ISSN 1809-3191.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

HUNTINGTON, S. **Who are we**: the challenges to America's National Identity. London: Simon & Schuster, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. Why international primacy matters. **International Security**, [Cambridge, MA], v. 17, n. 4, 1993.

IKENBERRY, G. John. **After victory**: institutions, strategic restraint, and the Rebuilding of order after major wars. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

JAGUARIBE, A., PENNA, C., *et al.* **Política internacional**: reorientações do multilateralismo. São Paulo: CEBRI: Câmara Brasileira do Livro, 2021.

KALIL, Mariana; CASTELANI, Alice. O mundo pós-COVID-19: a PND 2020 e o Entorno Estratégico do Brasil. **Revista Mundorama**, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://referencia.com/artigos/artigo-o-mundo-pos-covid-19-a-pnd-2020-e-o-entorno-estrategico-do-brasil/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

KENNAN, George F. **American diplomacy**: 1900–1950, Chicago: University of Chicago Press, OCLC, 1951.

KENNAN, George F. (X) The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs** 25, [New

York], July, 1947.

KENNAN, George F. Longo telegram. Answer to **Dept's 284**, Feb. 3, Moscow, Feb, 22. 1946.

KENNAN, George F. **Realities of American foreign policy**, Princeton: Princeton University Press, OCLC, 1954.

KENNAN, George F. **Memoirs 1925-1950**. [S.l.]: Little Brown and Company, 1992.

KEOHANE, R. **After hegemony**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KINDLEBERGER, Charles P. **The world in depression, 1929-39**. Berkeley: University of California Press. 1973.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Tradução de Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **American foreign policy**. 2 ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 1977.

LÖFFLMANN, Georg. America First and the populist impact on US foreign policy. **Survival**, v. 6, n. 6, p. 115-138, 2019.

MAIA, Eduardo S. **O papel das finanças na hegemonia dos Estados Unidos pós-1980: a centralidade do choque Volcker**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MACKINDER, Halford John. The Seaman's Point of View. *In: Democratic ideals and reality* London: Constables and Company, p. 1- 227, 1919.

MAHAN, A.T. **The influence of sea power upon History 1660-1783**. British Library, Historical Print Editions, 1890.

MARSHALL, T. **Prisioneiros da geografia**, Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NATO. **NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement**, 2010. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_63654.htm. Acesso em: 13/02/2022.

MEARSHEIMER, John, WALT, Stephen. The case for offshore balancing. **Foreign Affairs**, [New York], July/Aug. 2016.

MEDEIROS, C., SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. *In: FIORI, J. Estados e moedas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MORGENTHAU, H. J. Los compromisos de una teoría de la política internacional.

In: MORGENTHAU, H.J. **Escritos políticos**. Madrid: Tecnos, 2001.

NEVES, André Luiz V. EUA & política de segurança no século XXI: a dialética Mackinder Spykman revisitados. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu, MG. **Anais** [...]. Caxambu, MG: ANPOCS, 2017.

NYE Jr., Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

NYE, Joseph. Obama's smart power. **New Perspectives Quarterly**, [New Jersey], v. 26, n. 2, p. 7-9, 2009.

OCAMPO, Raúl Granillo. **Direito internacional público da integração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PADULA, Raphael. O pensamento geoestratégico e os documentos estratégicos dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 31-55, 2018.

PADULA, Raphael. A disputa de poder global e a ordem liberal no século XXI. **Textos para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 58, 2021.

PEREIRA, Antônio Celso Alves. A reforma das nações unidas e o sistema internacional contemporâneo. *In*: MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz (org.). **Desafios do direito internacional contemporâneo**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ROGIN, J. An early look at Obama's National Security Strategy. **Foreign Policy**, Washington, D.C., 27 May 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/05/27/an-early-look-at-obamas-national-security-strategy/>.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-modernismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SERRANO, F. **As relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível: o poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, M. C. B. **Análise da política estratégica dos Estados Unidos para a América do Sul: de Clinton a George W. Bush**. 2010. Dissertação em relações internacionais - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's strategy in world Politics: The United States and the balance of power**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

SPYKMAN, Nicholas John. **A geografia da paz**. Tradução de Filipe Giuseppe Dal Bo Ribeiro. São Paulo: Hucitec, 2020.

STIGLITZ, J. **Freefall**: America, free markets, and the sinking of the world economy. [S.l.]: W. W. Norton & Company, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. & BELLUZO, L.G. A mundialização do capital e expansão do poder americano. *In*: FIORI, J.L. (org). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, p. 111-138, 2004.

WALLERSTAEIN, Immanuel. **World-System**. Berkeley: University of California Press, 2011. 4 v.